

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALYSSON DE AVILA COSTA

**À MARGEM ESQUERDA, MIGUEL: PRÁTICAS NOMINATIVAS DE
INDÍGENAS EM RIO PARDO (CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO
PEDRO, 1755-1765)**

Curitiba
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALYSSON DE AVILA COSTA

**À MARGEM ESQUERDA, MIGUEL: PRÁTICAS NOMINATIVAS DE
INDÍGENAS EM RIO PARDO (CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO
PEDRO, 1755-1765)**

Trabalho monográfico apresentado à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em História pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Martha Daisson
Hameister

Curitiba
2013

*Para Ema, querida avó.
Sei que te deixo em dívida com seus santinhos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meu pais, Nivaldo e Tânia, por aceitarem e apoiarem minhas decisões; ao Jefferson e à Lindsay, amigos de longa data, por esses anos de genuína amizade; ao novos amigos feitos durante a graduação Andréia, Denise, Luana pelo companheirismo e, principalmente, Fabiano pelas longas jornadas que cumprimos juntos e pela amizade que cultivamos durante esse período; aos amigos do CEDOPE Fran e Carlos, com os quais dividi momentos importantes da graduação; aos ensinamentos e ajuda que recebi dos amigos pós-graduandos Leonardo, Rachel e Hilton e ao André pelas ajudas, cafés, pela amizade e pela revisão atenta desse trabalho.

Agradeço à Martha pelo convite para a bolsa de Iniciação Científica, pela orientação sempre presente e confiante e pelos inúmeros incentivos que me levaram a diversos lugares para apresentar esse trabalho. Agradeço ao professor Tiago Gil pela recepção e acolhida por ocasião da mobilidade acadêmica do Atlas Digital e aos demais colegas graduandos que me receberam em Brasília. Agradeço também aos valiosos ensinamentos em aulas, reuniões e oficinas dos professores Sérgio Nadalin e Maria Luiza Andrezza. Agradeço às bolsas de IC que recebi do CNPq e da UFPR e às ajudas de custo para apresentação de trabalhos recebidas da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis.

Agradeço especialmente à Arlene pela companhia, carinho e (muita) paciência; pela leitura de rascunhos, revisão de provas, trabalhos, relatórios; por discutir comigo minhas ideias, por me ouvir falar dos *meus índios* tantas vezes. Por não me deixar desistir, por não me deixar fraquejar, por acreditar em mim e em nós.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é investigar as práticas nominativas na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo entre 1755 e 1765, a partir de seus registros de batismos, dando destaque aos batismos de indígenas e sua prática nominativa. Para isso utilizaram-se os dois primeiros livros de batismo da freguesia e um livro de batismos de Buenos Aires, todos disponíveis no domínio familysearch.org. A partir da transcrição dos livros foi possível elaborar um banco de dados para análises quantitativas e qualitativas das informações presentes em cada registro. Elencando os nomes mais escolhidos na freguesia pelos indígenas no ato do batismo, constatou-se frente à bibliografia que os nomes mais frequentes entre essa população diferiam dos nomes mais escolhidos em outros locais da América portuguesa no século XVIII. A partir disso se buscou ampliar as amostras estudadas para verificar em que medida essa diferença era peculiar aos indígenas, comum aos demais habitantes da freguesia ou ainda se se aproximaria de práticas nominativas comuns à América espanhola. O resultado mostra que de fato a prática constatada para os indígenas não se verifica em nenhuma das outras populações. Um novo corpo documental foi buscado para tentar apreender as razões pelas quais os indígenas missionários mantiveram uma prática nominativa diferenciada. Sugere-se como resultado a ser retomado em pesquisas posteriores a influência da tutela jesuítica na escolha dos nomes por parte dos indígenas e a manutenção de uma identidade étnica demarcada pela preferência por nomes específicos, ainda que dentro do mesmo rol de possibilidades comum aos demais sujeitos.

Palavras-chave: Práticas nominativas. Registros paroquiais. História indígena.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – RIO PARDO E SEU ENTORNO (IMAGEM DE SATÉLITE).....	15
MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DE RIO PARDO	18
MAPA 3 - REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DO BRASIL MERIDIONAL.....	21
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES MASCULINOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMO.....	42
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES FEMININOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMO	43
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES MASCULINOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMO	43
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES FEMININOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMO	44
GRÁFICO 5 - BATISMOS DE INDÍGENAS POR ANO NO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMOS.....	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NOMES MASCULINOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO	39
TABELA 2 - NOMES FEMININOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO	40
TABELA 3 - NOMES MASCULINOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO	40
TABELA 4 - NOMES FEMININOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO	41
TABELA 5 - OS CINCO NOMES MAIS ESCOLHIDOS PARA CADA SEXO NO PRIMEIRO LIVRO	41
TABELA 6 - OS CINCO NOMES MAIS ESCOLHIDOS PARA CADA SEXO NO SEGUNDO LIVRO	42
TABELA 7 - NOMES MASCULINOS DE INDÍGENAS NO PRIMEIRO LIVRO	46
TABELA 8 - NOMES FEMININOS DE INDÍGENAS NO PRIMEIRO LIVRO	46
TABELA 9 - SÍNTESE DOS NOMES MAIS ESCOLHIDOS SEGUNDO A BIBLIOGRAFIA	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: DO RIO PARDO AO IMPÉRIO PORTUGUÊS	15
1.1 Rio Pardo	15
1.2 O Continente do Rio Grande.....	18
1.3 O Estado do Brasil	21
1.4 O Império Português	23
1.5 A Companhia de Jesus	26
CAPÍTULO 2: ONOMÁSTICA	29
2.1 Onomástica como objeto de investigação.....	29
2.2 No âmbito internacional	31
2.3 No Brasil	32
2.4 Estudo do nome no Continente do Rio Grande	34
2.5 No Rio Pardo.....	35
CAPÍTULO 3: PRÁTICAS NOMINATIVAS EM RIO PARDO	36
3.1 Uma crítica à documentação e a Metodologia aqui empregada.	36
3.2 O nome de cada um.....	39
3.3 E agora, Miguel?	46
3.4 Religiosidade jesuítica: uma hipótese	48
CONCLUSÃO	52
FONTES E BIBLIOGRAFIA	55

INTRODUÇÃO

O início dessa pesquisa remonta ao ano de 2011, quando me voluntariei para uma oficina de "aquisição de acervos documentais em formato digital" no Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses (CEDOPE), a convite da professora Martha, e assim tive meu primeiro contato com os registros paroquiais. Pouco tempo depois, o convite para uma bolsa de Iniciação Científica, também pela Martha, me colocou em um contato mais intenso com essa documentação e com as oficinas ministradas pelos pós-graduandos, especialmente as oficinas de paleografia. Comecei então a transcrever registros paroquiais de batismo e para minha bolsa de IC me foi escolhido o tal *segundo livro de batismos de Rio Pardo*, cuja peculiaridade era a de ser um livro de batismos exclusivo para indígenas *refugiados das Missões do Uruguai*, como consta no termo de abertura, entre 1758 e 1765. Seguiram-se as transcrições por várias semanas, inicialmente sem muita pretensão; até então eu não tinha muito claro o que poderia ser trabalhado a partir daquelas páginas corroídas; pensei inicialmente (e ainda penso) no compadrio entre os indígenas, sobretudo porque o homem que mais apadrinha os indígenas nesse livro é um índio de Santo Anjo chamado Diogo Chirá, o que despertou minha curiosidade em um primeiro momento. Pouco depois, Martha me perguntou quais eram os nomes mais frequentes no batismo, e a elaboração do *top five* trouxe várias surpresas: para o sexo masculino, os nomes mais frequentes eram Miguel e Inácio, e para o feminino - depois de Maria e Ana - Inácia e Madalena. Indo à bibliografia, encontramos outras preferências na frequência de nomes para diferentes partes da América lusa; pensando sobre os nomes Inácio e Inácia, ocorreu que essas preferências podiam ter relação com a tutela dos jesuítas nas ditas missões (em forma de homenagem, dado o fundador da Companhia de Jesus ser Inácio de Loyola). Decidimos então levar essa questão para o Evento de Iniciação Científica (EVINCI) de 2012. Apresentei isso também em outras ocasiões : em Rio Grande na ANPUH-RS, nas Jornadas Setecentistas de 2012 e em Brasília para o pessoal do Atlas Digital da América Lusa, experiências todas muito importantes para minha formação acadêmica e para a forma como tenho pensado sobre esse trabalho.

Nesse meio tempo decidimos também dar continuidade à pesquisa renovando minha bolsa de IC. Para a sequência do trabalho decidimos verificar se essa diferença na frequência dos nomes escolhidos pelos indígenas era de fato uma peculiaridade dessa população, ou se era algo característico da freguesia como um todo. Para isso recorremos ao *primeiro livro de batismos* (1755-1761), que registrava o conjunto da população da freguesia, não apenas indígenas. Dessa vez com uma documentação em muito melhor estado de conservação (provavelmente transcrita/copiada em meados do século XIX), procedemos a transcrições e levantamentos, chegando à conclusão de que o conjunto de nomes mais escolhidos em Rio Pardo, considerando toda a população, era muito parecido com o que há na bibliografia para outros locais da América portuguesa. Volta-se à questão: *por que os indígenas preferem nomes diferentes?* E aqui retornamos novamente à hipótese da influência jesuítica, que se desenvolverá ao final desse trabalho.

Aproveitaremos esse espaço inicial para discutir alguns conceitos que passarão todo o trabalho. Como se mostrará, a preocupação com o *nome* já está presente na historiografia há algum tempo. De forma simplificada, pensar em que nomes esses ou aqueles sujeitos escolhem, suas razões e significados, é o que estamos chamando de *prática nominativa*. Isso será discutido adiante, mas nos importa agora colocar isso em relação a um conceito expresso já no título: o de *indígena*.

Para Guillermo Bonfil Batalla, esta é uma categoria

supraétnica que não denota nenhum conteúdo específico dos grupos que abarca, senão uma *particular relação entre eles e outros setores do sistema social global do qual os índios fazem parte* (1992, p. 30, grifos e tradução meus)

Temos então inicialmente uma categoria homogeneizante, posto que abarca toda a população aborígine da América, sem levar em conta as diferenças étnicas, linguísticas ou de costumes entre os povos. Para Bonfil Batalla, tanto isso quanto a própria implantação do regime colonial na América significaram um rompimento total com o passado pré-colombiano. De fato, para o autor, "índio" é uma categoria colonial, e apenas como tal pode ser compreendida: são termos inseparáveis e cada um deles leva ao outro

(BONFIL BATALLA, 1992, p. 38 e 40). Daí resulta que para ele esse conceito é relacional e diz mais respeito à posição ocupada por esse sujeito no sistema colonial - notadamente de subalterno, colonizado. O problema dessa visão é que é literalmente bipolar: entre o colonizado e o colonizador não há nada, quando na verdade podemos perceber que a sociedade colonial brasileira e americana é rica em nuances sociais, espaços de trocas e negociações, condições sociais e jurídicas que são diferentes entre si e são percebidas como diferentes por seus contemporâneos.

No sentido de refletir sobre essa posição do indígena na sociedade colonial, aludiremos ao *status de etnia* definido por Bartolomé Clavero. Para ele, os aborígenes americanos tinham um lugar na sociedade colonial, mas não um lugar definido por suas próprias concepções, mas sim pelas do "colonizador". É assim que se forma o que o autor chama de "*status de etnia*", isso é, o enquadramento dos indígenas segundo as concepções sociais e jurídicas europeias trazidas para a América, mas que mesmo assim conferem ao indígena um lugar nessa sociedade.

Esse *status de etnia* compreende os indígenas como bárbaros, rústicos, miseráveis e menores. Bárbaros em contraponto à civilização europeia que encontra na América uma situação diferente; rústicos porque apesar de capazes de se guiar em matérias privadas segundo seus costumes, aos indígenas é relegada uma posição marginal na sociedade; miseráveis, pois precisam de amparo social, assim como órfãos ou viúvas; e menores, por não possuírem razão plena e necessitarem de tutela. Para Clavero, os indígenas estavam situados em uma posição efetivamente de direito, mas de direito distante, direito dos colonizadores, direito da colonização. Isso se dá em grande medida pelo caráter universal das concepções católicas, onde direitos fora da sua teologia não eram nem cogitados – estavam fora não só do campo de atuação, mas também de visão/concepção, lembrando, ainda, que a colonização submetia-se a um ordenamento de bases teológicas mais do que jurídicas (CLAVERO, 1994, p. 5-20).

De modo geral, nos importa que a categorização do índio dentro do sistema colonial, categorização essa feita pelos próprios coloniais (pensando por exemplo, no padre que escreveu o termo de abertura do segundo livro de

batismo de Rio Pardo, livro este dedicado *ao assento dos batismos de índios*), por si só já os insere nessa sociedade - mesmo que a posição que eles ocupem ao *serem inseridos* e ao *se inserirem* seja relativa a uma concepção não construída por eles próprios.

Avançemos da concepção relacional de indígena ao contato entre esses diferentes setores da sociedade colonial. Para isso recuperaremos brevemente a definição de fronteira de Nídia Areces e as considerações sobre fronteiras étnicas de Fredrik Barth.

Entendemos aqui fronteira em seu sentido mais amplo e antropológico: não estamos nos referindo a ela como uma linha bem definida que divide um território, mas sim como um espaço, uma área de contatos e trocas – nem sempre de forma pacífica, cabe destacar - entre diferentes pessoas, culturas, etnias e até visões de mundo. Para Areces, as fronteiras devem ser compreendidas a partir de dois elementos: sua dinâmica e sua historicidade (1999, p. 1). A autora utiliza o termo "fronteira móvel", conceituando-a como um "território de contornos imprecisos, flutuante, difícil de precisar porque varia segundo as circunstâncias" (p. 8). Assim, para Areces sobrepõe-se o histórico ao geográfico. Quando a autora trata de fronteiras culturais, ao dinamismo acrescenta-se a permeabilidade capaz de produzir profundas transformações no diagrama societário (p. 9). Por fim, tratando de fronteiras étnicas, a autora chama a atenção para sua dupla concepção: uma exterior ao grupo (atribuída pelo outro) e uma interior ele (autoatribuída) (p. 10) – lembrando que essa é sempre uma via de mão dupla.

Acrescentemos as considerações de Fredrik Barth sobre "os grupos étnicos e suas fronteiras", em que afirma que "grupos étnicos são categorias atribuídas e identificadoras empregadas pelos próprios atores" (2000, p. 27), sem discutir, talvez pelo próprio recorte do texto, a atribuição dada pelo outro. Importa-nos recuperar ainda outra ideia do autor, importante para o trabalho que se segue: a de que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas (p. 26). Ambos autores problematizam o espaço de contato denominado fronteira, evitando dicotomias e criticando visões "simplistas" que levam a noções como aculturação e dominação. Barth ainda chama a atenção

para a complexidade da organização desses espaços de contato e troca que se estabelecem no decorrer do tempo (p. 23).

Essas considerações sobre fronteira nos importam pelo contexto social de Rio Pardo na metade do século XVIII, uma área em que se encontram portugueses, espanhóis, índios, negros, escravos, livres e libertos, açorianos e ibero-americanos de uma forma geral. Dada a heterogeneidade social da colônia americana, entender a fronteira como um espaço de trocas, contatos e disputas, mesmo que de forma desigual e assimétrica, é condição *sine qua non*.

O estudo dos nomes nos importa por este ser um fenômeno cuja origem já é inalcançável. O nome ou o ato de atribuir nomes aos sujeitos que vivem em sociedade é um traço característico da humanidade, respeitadas suas peculiaridades em diferentes lugares e tempos. Temos então que

não é supérfluo lembrar que o fato de se denominar, pura exigência da vida em sociedade, não é um problema restrito ao Estado civil, que a cada época, a cada civilização, irá responder à sua maneira e nas formas do caráter jurídico mais ou menos assegurados. (Pérouas, Barrière, Boutier, Peyronnet et alii., 1984, p. 7 *apud* HAMEISTER, 2006, p. 82)

Além disso, o nome atribuído a cada sujeito é visto pela matriz teórica desse trabalho como um bem dado *gratuitamente*, cujo consumo é *obrigatório* (Phillipe Basnard *apud* Dupâquier, 1984, p. 7 *apud* HAMEISTER, 2006, p. 82), o que reforça a visão do nome e das práticas que o permeiam como estruturais para diferentes sociedades. O estudo das práticas nominativas em Rio Pardo é, portanto, mais do que a soma de suas partes: não é apenas como se nomeiam os sujeitos, senão também os ritos, significados, valores, necessidades e manifestações que aos nomes estão ligados. A prática nominativa, antes de ser um fim da pesquisa, é um meio pelo qual se problematiza e se reflete sobre a sociedade estudada.

Nas páginas que se seguem outros elementos importantes para a compreensão do trabalho como um todo serão trazidos e discutidos. O primeiro capítulo apresenta Rio Pardo e a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, inserindo-os gradativamente em contextos mais amplos: sua

relação com o Continente do Rio Grande de São Pedro, com a colônia lusa na América, com o Império português em um sentido mais amplo, e traz ainda elementos históricos e historiográficos da Companhia de Jesus, que são retomados posteriormente. O segundo capítulo é uma revisão da literatura sobre os estudos que trabalham com o nome, seus problemas, métodos, resultados e diálogos. O terceiro capítulo articula Rio Pardo com o problema do nome - ou o nome como problema - dando destaque à significativa diferença da prática nominativa indígena na freguesia e apontando elementos para se pensar o *porquê* dessa diferença. Por último, a conclusão trará as considerações finais acerca do trabalho desenvolvido já por mais de dois anos, um pouco do que se pensou, mas ainda não se fez, e os caminhos que se vislumbram ao findar desse ciclo.

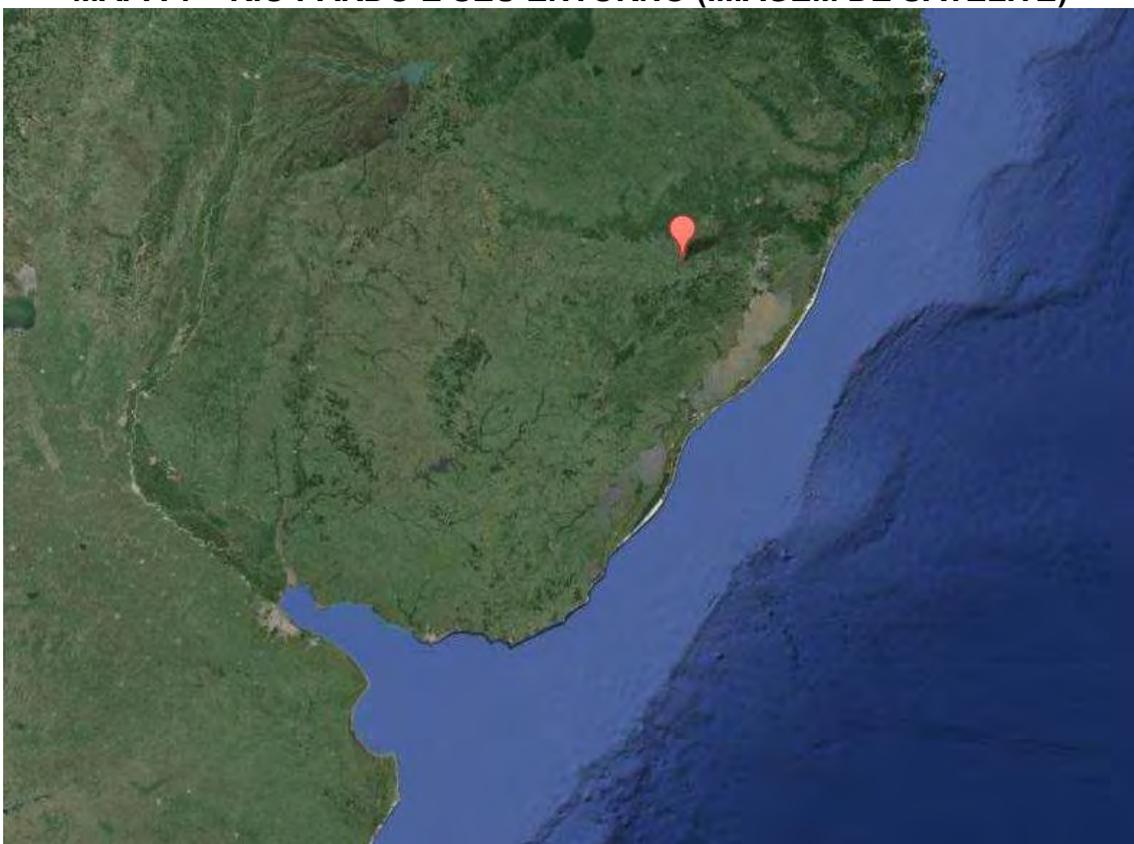
CAPÍTULO 1: DO RIO PARDO AO IMPÉRIO PORTUGUÊS

"... foi a busca de cristãos e especiarias a razão da sua vinda"
THOMAZ, 1994, p. 211.

1.1 Rio Pardo

Atualmente Rio Pardo é uma cidade do estado do Rio Grande do Sul, que conta com uma área de pouco mais de dois mil quilômetros quadrados e uma população de quase quarenta mil habitantes (IBGE, s/d). Situa-se a oeste da capital do estado e a leste de Santa Maria. A área onde se desenvolveu o município é muito próxima da área à qual vamos nos referir ao longo deste trabalho como o Rio Pardo do século XVIII, sem perder de vista a ideia de que nessa época seus limites territoriais não eram tão bem definidos - aliás, muito pelo contrário - assim como sua própria posse ou pertença ao território luso ou castelhano na América.

MAPA 1 – RIO PARDO E SEU ENTORNO (IMAGEM DE SATÉLITE)



Fonte: Google Maps. <http://goo.gl/maps/xKqhE>. Acesso em: 25/11/2013.

Dentre vários elementos que formavam Rio Pardo em meados do século XVIII, serão destacados aqui dois deles. O primeiro é a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo e o segundo é a edificação do Forte Jesus, Maria e José. Os registros paroquiais mais antigos da freguesia remontam a 1755¹ e estão assentados no primeiro livro de batismo, documentação que será explorada ao longo desse trabalho.

O forte, por sua vez, é de grande importância para a história da região. Fundado às margens do Rio Jacuí em 1752, em um local hoje conhecido como "Alto da Fortaleza", defendeu a população luso-americana da localidade em diversas situações, entre elas as ofensivas do índio Sepé e mais tarde contra as investidas castelhanas ao Continente do Rio Grande. Segundo a historiografia, a fortaleza nunca foi vencida, o que lhe garantiu a alcunha ainda hoje conhecida de "Tranqueira Invicta". Segundo Fábio Kuhn, as campanhas militares foram importantes para efetivar o domínio português da região (KUHN, 2004, P. 58), na qual se insere a participação dessa fortificação.

Ainda na primeira metade do século XVIII a coroa portuguesa conclamou a transferência e instalação de pessoas oriundas do Arquipélago dos Açores. Rio Pardo estava entre os locais para os quais os açorianos foram enviados, a partir de 1746. Isso é facilmente constatado pela sua presença nos registros paroquiais da freguesia. Falando na população da freguesia, é conveniente lembrar que na sua chegada os açorianos se juntaram não só à população luso-americana que já vivia no Continente, mas também às populações africana e indígena.

Quando da chegada dos primeiros colonizadores na região do Continente, ela era habitada por indígenas de diferentes etnias: Tape, Kaingangue e Minuano. A presença dessas populações é importante para esse trabalho, que pretende discorrer, em parte, sobre os contatos estabelecidos entre os diferentes agentes sociais que compõem a população da freguesia no século XVIII. Concordando com a crítica de Fábio Kuhn ao que ele chamou de "supervalorização das rivalidades", tentaremos ver os contatos que ocorreram

¹ É possível que existam registros anteriores. Essa pesquisa, porém, não os localizou.

neste espaço como não necessariamente excludentes, senão ricos de trocas e influências mútuas entre as populações da freguesia.

A "Fronteira de Rio Pardo" pode ser vista, assim, não apenas como um lugar onde transitam bens e mercadorias, nem sempre de forma lícita, como demonstrou Tiago Gil (2007), mas também como espaço onde diferentes pessoas, sentimentos e culturas se encontram, formando um espaço de trocas não mensuráveis, mas nem por isso inexistentes.

É dessa forma que Rio Pardo é vista nesse trabalho. Um local de trocas e disputas: cujos limites e fronteiras se deslocam, por vezes se expandem, por vezes se contraem. Trocas de gêneros alimentares, materiais, animais; experiências de vida, crenças, línguas e influências mútuas – apesar de não necessariamente recíprocas. A heterogeneidade do contingente humano da região deve ser salientada, pois este fator será retomado quando falarmos da documentação.

As disputas ficam por conta das Coroas Ibéricas, sendo levadas a cabo pelos seus fiéis súditos na América. Rio Pardo no século XVIII representa o extremo oeste da ocupação lusa no Continente e está no seio de uma disputa territorial que remonta a pelo menos o século XVII, senão ao próprio início de sua ocupação. No século XVIII, uma série de tratados firmados entre as Coroas Ibéricas teve por finalidade dar fim a essas disputas. Entre eles, um nos interessa de maneira especial, o Tratado de Madri.

Assinado em 1750, este tratado afetava diretamente a freguesia de Rio Pardo, que alargava a sua área de atuação até a região missioneira da margem esquerda do Rio Uruguai – o que seria hoje a porção oeste do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, a partir de 1755 os indígenas remanescentes dessas aldeias² passaram a ser registrados nos livros da freguesia de Rio Pardo, em livros exclusivos para seus registros. Parte desses registros (os de batismo) integram a documentação desse estudo.

O mapa a seguir indica a posição da região missioneira e de Rio Pardo, com o núcleo com alguma urbanização desse povoado em destaque. É possível ver também a oeste de Montevideu a Colônia de Sacramento.

² As aldeias indígenas fundadas pelos jesuítas também recebem os nomes de "missão" ou "redução".

de eliminados, os indígenas eram de alguma maneira integrados à dinâmica colonial (KUHN, 2004, p. 25-29).

A noção de fronteira trabalhada pelo autor é muito próxima daquela que adotamos no decorrer das análises, entendendo-a como um espaço de circulação de homens e mercadorias em um contexto demográfico heterogêneo em uma conjuntura de instabilidade política. Adicionamos a essa noção a ideia de trocas culturais decorrentes do contato humano.

O uso do termo fronteira é recorrente para a história e historiografia do Rio Grande do Sul. Neumann (2004), por exemplo, estabelece uma "tríplice fronteira", que separa espanhóis, portugueses e índios. Tenderemos, contudo, à relativização dessa separação, tentando igualmente não incorrer no extremo oposto – o da assimilação e/ou aculturação dos povos dominados. Para esse trabalho, aceitamos a afirmação de Fredrik Barth (2000, p. 26) de que as fronteiras étnicas permanecem, apesar do fluxo de pessoas.

A primeira freguesia do Continente do Rio Grande de São Pedro foi a de Rio Grande, fundada em 1738, e a segunda Viamão, datando de 1747 - esta notadamente pela ação de particulares. A essas freguesias seguiram-se outras: Triunfo (1756), Santo Antônio da Patrulha (1763) e Porto Alegre (1772). Os *Campos de Viamão* estiveram desde o início economicamente ligados ao gado introduzido na região desde os primórdios da ocupação lusa. Segundo Kuhn, essa atividade integrou o sul ao restante da colônia, através do mercado interno (2004, p. 54).

Ainda segundo o autor, o Rio Grande tinha uma posição privilegiada para o acesso ao interior do continente, fato discutido entre autoridades coloniais e metropolitanas da época. Acompanhados na história do estado o assédio por parte da coroa espanhola ao território e o esforço português de mantê-lo durante o século XVIII. Desde a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento na margem esquerda da foz do Rio da Prata, em 1680, e em território teoricamente espanhol, diversas foram as disputas territoriais entre as monarquias católicas. Desde o final do século XVII até o final do seguinte, a monarquia espanhola tomou Sacramento pelas armas, mas a devolveu por vias diplomáticas a Portugal em seguida. Assediou o território de Rio Grande deixando profundas marcas na história gaúcha: entre as décadas de 1760 e

1770 os castelhanos marcharam sobre o Continente chegando à *Tranqueira do Rio Pardo*, que resistiu e impediu o progresso castelhano.

Pela preocupação constante em manter a ocupação e posse do território, Portugal investiu na chamada "política dos casais", que consistia em estabelecer nas terras gaúchas pessoas para povoar o território. Em consequência, encontra-se nos registros paroquiais de diversas freguesias gaúchas, inclusive em Rio Pardo, um grande número de descendentes de açorianos. Estes deveriam ocupar diversas regiões do Continente, mas em decorrência de guerras e conflitos, entre elas a própria Guerra Guaranítica, na região missioneira que deveria ser ocupada pelos "casais", eles se concentraram em algumas vilas como Rio Pardo, Rio Grande e Viamão (para mais detalhes ver KUHN, 2004, p. 56-63).

No século XVIII foram assinados dois grandes tratados entre as Coroas Ibéricas para dar fim às contendas territoriais: o Tratado de Madri, em 1750, e o de Santo Ildefonso, em 1777. Nenhum dos dois cumpriu definitivamente o objetivo de resolver os limites - o que só aconteceu em meados do século XIX - mas alguns esforços foram levados a cabo para essa finalidade. Na década de 1750 tropas portuguesas e castelhanas se uniram para demarcar o território das missões jesuíticas da margem esquerda do Rio Uruguai. Território até então castelhano, passaria para a mão dos portugueses, que o ocupariam com os *casais*. Em troca, Portugal entregaria definitivamente a Colônia de Sacramento aos espanhóis. Seguiu-se a essa tentativa de demarcação e troca uma forte oposição dos indígenas reduzidos, que pelos termos do Tratado de Madri deveriam deixar a região. O conflito de índios com portugueses e espanhóis ficou conhecido como Guerra Guaranítica (1750-1754).

O mapa a seguir esboça como o Tratado de Madri definia os limites das possessões lusa e castelhana na América. Estão marcados, ainda, os locais que representam os núcleos dos povoados dos Sete Povos que ocupavam ainda grandes extensões de terras a sua volta.

territórios inclusive fora da América. Segundo Tau Golin (2011, p. 3), dois problemas de "usurpação" territorial foram discutidos desde as primeiras negociações para o tratado que seria assinado em Madri: a mencionada expansão portuguesa para sul e oeste no Continente do Rio Grande de São Pedro e a posse ilegítima por parte da Espanha das Filipinas, no hemisfério oriental. Pelo acordo de 1750 entrava em vigor o princípio do *uti possidetis*, critério que "possibilitou que Portugal ficasse com o domínio de grandes territórios da Amazônia e a Espanha com ambas as margens do Rio da Prata, combinado com algumas concessões mútuas de territórios adjacentes" (GOLIN, 2011, p. 3).

De acordo com o *uti possidetis*, teria direito sobre um território quem o ocupasse. Dessa forma, a expansão e ocupação portuguesa do território gaúcho, mesmo que de forma irregular, garantiu a Portugal sua posse, assim como a ocupação lusa de outros territórios a princípio não lusitanos, como as Minas Gerais e a própria Amazônia. É nesse movimento de ocupação para efetiva posse de terras que se encaixam políticas como a dos casais, importante para o sul do Brasil, mas não restrita a esse espaço.

O fato de parte dos casais requisitados para a ocupação do Continente ser dirigido justamente para a região das missões que passariam oficialmente para o domínio português mostra como era uma preocupação significativa ocupar o território. Além disso, a presença de homens e mulheres que pudessem oferecer uma base sólida para o estabelecimento seja de tropas, seja de uma atividade econômica para a região, se repete para outras partes do Império luso.

Se alguns limites do território luso na América tinham sua ocupação frágil e ameaçada militar e diplomaticamente, esse não era o caso de espaços mais consolidados na América lusa no século XVIII. Pelo contrário, algumas vilas e capitânicas gozavam de uma estrutura de porte, como Salvador, Recife, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Bahia, por exemplo, sediava um Arcebispado da Igreja Católica, um dos motores da colonização ibérica. O Rio de Janeiro, por sua vez, era um ponto central no comércio interno da colônia, principalmente quando se trata do comércio de escravos (sobre isso ver FRAGOSO & FLORENTINO, 2001).

Ainda sobre a questão do comércio interno da colônia podemos destacar o comércio de animais, com destaque para as mulas levadas do Continente para as feiras de Sorocaba, de onde partiam para as Minas Gerais. O comércio de animais é um questão estrutural, assim, não apenas para a população do sul, mas também do centro-oeste da colônia. Além disso, esse comércio também fomentou povoamentos distantes do litoral, por suas grandes rotas interioranas (ver GIL, 2007; HAMEISTER, 2002).

Fato comum na colônia lusa na América era a fundação de freguesias para atender a demandas espirituais dos colonos ou metropolitanos residentes na colônia, lembrando que a busca por fiéis foi um dos motivos para o apoio eclesiástico à empresa colonial. Essas freguesias eram com frequência unidades a partir das quais centros populacionais cresciam, algumas sendo alçadas à condição de vilas, de acordo com seu crescimento ou importância para a região - as vilas eram importantes unidades administrativas.

1.4 O Império Português

A questão da expansão da Igreja Católica é um fato relevante, poderíamos até classificá-lo como essencial, para compreender não apenas a sociedade luso-americana, mas a sociedade lusa da modernidade de uma maneira geral. A epígrafe deste capítulo encontra a sua significação: por mais que o texto de Thomaz deixe claro que ela se referia ao primeiro contato português com o território asiático, não poderíamos dissociar as diferentes direções para as quais os portugueses rumaram na modernidade sem ver cada uma delas como parte de um todo, por mais que as partes apresentem heterogeneidades entre si - a ideia da heterogeneidade do conjunto, das diversas partes e momentos que formam a expansão portuguesa, e a procura por uma definição estrutural dessa expansão são discutidas por Hespanha (2005).

Dessa forma podemos compreender também o significado de uma das primeiras ações dos colonizadores nas terras descobertas ter sido justamente a realização de uma missa. Ao longo do tempo a conversão também foi justificativa retórica para a administração da população indígena, isso é, para o uso da mão de obra indígena de forma análoga aos escravos trazidos da

África. A administração indígena parece particularmente profícua na sociedade paulista do século XVII, como demonstra Monteiro (1994, destaque para o capítulo 4 - "A administração particular"). A preocupação com as almas da América também pode ser expressa pela publicação no início do século XVIII das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (DA VIDE, 1707), as quais regulamentam toda a prática religiosa da colônia americana.

A expansão entendida sob o prisma do catolicismo e a própria urgência na doutrinação e manutenção dos gentios na cristandade deve levar em conta a difícil situação da Igreja Católica na modernidade, de um lado com o avanço de um inimigo já tradicional nos séculos XIV e XV - os muçulmanos - e de outro com o surgimento e crescimento do protestantismo a partir das reformas religiosas na Europa.

A expansão ibérica põe o Velho Mundo, ou a civilização, em contato e confronto com o outro encontrado no Novo Mundo, isto é, o indígena, aborígene ou gentio. Clavero (1994, p. 11-20) alerta que os indígenas foram primeiramente classificados como "bárbaros", em um contraponto claro aos europeus "civilizados", chamando a atenção para o fato de que o *status* indígena foi construído em bases preexistentes. Assim, o *status* de etnia indígena foi uma concepção atribuída após o contato entre os europeus e as populações autóctones da América, mas ela foi formulada em bases e concepções jurídicas, ideológicas e teológicas já correntes.

Ainda segundo Clavero, outros elementos que compunham o *status* de etnia dos indígenas eram as concepções de rusticidade, miserabilidade e menoridade. Os indígenas eram rústicos porque podiam se guiar em matérias privadas segundo seus próprios costumes, o que implicaria de início um estado de abandono e marginalidade, se não fossem os outros *status* aos quais estavam associados; eram miseráveis pois precisavam de amparo social, assim como órfãos ou viúvas, e esse amparo vinha em grande medida da instituição eclesiástica; e, por fim, menores, pois necessitavam de tutela por não serem gente de razão plena, sendo este quesito da tutela novamente levado a cabo pela Igreja. A religião católica, assim, garantia o enquadramento, proteção e amparo das populações indígenas - além, é claro, da sua exploração. Portanto, os indígenas americanos tinham uma posição na

sociedade, assim como direitos. Mas seus direitos não eram outros senão os estabelecidos pelos colonizadores, pois a colonização os submetia a um ordenamento de bases teológicas, mais do que jurídicas, que se pretendia universal. Essa universalidade das concepções católicas fez com que esferas de direito situadas fora da sua teologia não tivessem espaço no imaginário dessa sociedade.

Assim como o direito não privilegiava o ponto de vista dos nativos americanos, isso também acontecia com sua posição na sociedade. Uma sociedade corporativista como a portuguesa do Antigo Regime tratou de enquadrar o indígena no *corpo social*, porém em uma posição subalterna, perceptível, em parte, pela apropriação da mão de obra indígena para o cativeiro (ou administração, como nos referimos acima).

Esse corpo social, porém, era formado por diversos elementos, o rei (a cabeça desse corpo), o clero, a nobreza, o camponês, o escravo, para citar poucos exemplos (sobre isso ver KANTOROWICZ, 1998). Por mais que o papel diretivo da Coroa possa ser questionado (ver HESPANHA, 2005), o monarca era uma referência importante para o funcionamento da sociedade, principalmente no que tange à distribuição da justiça em uma sociedade desigualmente justa. Essa é a ideia da *equidade* trabalhada por Giovanni Levi (2009), em que a justiça é distribuída não segundo a igualdade, mas sim segundo o lugar de cada pessoa na sociedade - sem deixar de ser justa.

Enraizada no seio dessa sociedade estava a nobreza, o braço armado do rei. Braço armado, pois era a nobreza a responsável pela atividade bélica no Antigo Regime. Já a metáfora da raiz, por mais que accidental, remete à importância da terra nessa sociedade, já que a nobreza está diretamente ligada à posse de territórios e seus ocupantes. Nesse sentido, a expansão portuguesa contempla não só os anseios eclesiásticos, mas também os de uma nobreza que cresce em um espaço territorial reduzido e que sofre com as pressões de um sistema de herança que privilegia os primogênitos. Para Thomaz (1994), a expansão canalizou as forças guerreiras da nobreza para fora do Império e a serviço da Coroa; as conquistas beneficiariam a classe senhorial com cargos públicos, enriquecimento, terras e a gratidão do rei - esta última particularmente

importante na "frenética economia da graça que fazia marchar e dava coerência a este mundo de Antigo Regime" (HESPANHA, 2005, p. 6).

1.5 A Companhia de Jesus

No bojo da sociedade moderna estão os movimentos de reforma da Igreja católica. Uma parte do anseio reformista deu origem ao protestantismo, mas outra levou a cabo transformações na instituição já existente. Segundo Michael Mullet (1984) esse segundo movimento, conhecido como "Contra-reforma", foi um movimento aquém do século XVI, remontando à Idade Média, e que igualmente não findou no século seguinte.

Ainda segundo este autor, as causas da Contra-reforma, ou Reforma Católica, são intrínsecas à Igreja, ou seja, era uma necessidade sentida já nos séculos XVI e XVII, não sendo, portanto, uma mera resposta à Reforma Protestante. Para ele, a "Contra-reforma foi acionada por uma poderosa necessidade de ação" (MULLET, 1984, p. 30).

A Sociedade ou Companhia de Jesus foi para Mullet a mais importante das novas ordens religiosas da Igreja católica fundadas durante o período da Contra-reforma. O crescimento e a eficiência dos jesuítas se deviam a seus métodos, planejamento, preparação, sentido prático, energia e dedicação. De fato, é possível afirmar que os jesuítas se fizeram presentes em grande parte do mundo conhecido, incluído aí o Novo Mundo.

Fundada em 1534 pelo basco Inácio de Loyola, na França, a Companhia se expandiu rapidamente: no século seguinte já se fazia presente da América ao Japão, com muitos de seus membros sendo martirizados em nome da fé católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao território luso-americano na metade do século XVI, iniciando a construção de capelas e a doutrinação dos gentios; no sul da América espanhola iniciaram suas atividades missionárias por volta de 1610.

Segundo Fabio Kuhn (2004), a atividade missionária dos jesuítas no território hoje pertencente ao Rio Grande do Sul, recorte geográfico deste trabalho, se divide em duas fases: a primeira de caráter efêmero e a segunda com traços mais duradouros.

A primeira fase compreenderia os anos de 1626 a 1641, na qual as iniciativas jesuíticas teriam sido anuladas pelos ataques dos bandeirantes paulistas, que buscavam índios para o apresamento e exploração da sua mão de obra nos moldes da já discutida "administração". De fato, John Monteiro (1994) trabalha com o apresamento de indígenas pela sociedade paulista, mostrando que na primeira metade do século XVII eles já tinham que buscar índios em lugares cada vez mais distantes, avançando também para o sul. Segundo Monteiro, a mão de obra indígena era essencial para a economia da tricultura paulista (sobre isso ver MONTEIRO, 1994, capítulo 2).

Já a segunda fase se estenderia de 1682 a 1706, período no qual são fundadas aldeias na margem esquerda do Rio Uruguai, no atual território do Rio Grande do Sul. O recorte geográfico de Fabio Kuhn é o atual território gaúcho onde foram fundadas sete reduções indígenas, porém cabe lembrar que estas estavam inseridas em um território mais amplo onde hoje se localizam o norte da Argentina e o leste do Paraguai, totalizando um conjunto de trinta reduções - os Trinta Povos das Missões.

As sete reduções mencionadas por Fabio Kuhn, conhecidas pela historiografia e mencionadas na documentação paroquial de Rio Pardo, foram São Borja, São Luiz, São Nicolau, São Miguel, São Lourenço, São João e Santo Ângelo, algumas delas dando lugar a cidades homônimas no atual estado gaúcho. O recorte temporal dessa segunda fase estabelecida pelo autor faz menção ao período em que as aldeias foram fundadas, a primeira (São Francisco Borja, ou, como na documentação, apenas São Borja) em 1682 e a sétima e última (Santo Anjo ou Santo Ângelo) em 1706.

Aos jesuítas cabiam a conversão dos gentios e a manutenção dos fiéis indígenas na fé católica. Existem alguns materiais que contemplam os sucessos e insucessos dessa empreitada, escritos em diferentes tempos e com diferentes intuitos; entre eles lembram-se aqui os diários dos padres jesuítas António Ruiz de Montoya (1997) e Antonio Sepp (1980) e o livro sobre os Sete Povos do padre Rubens Vidal Araújo (1986). Além disso, os jesuítas desempenharam importante papel no amparo e tutela dessa população rústica, miserável e menor, conforme seu *status* de etnia, durante todo o seu período de atuação na América.

*

Apresentamos até aqui alguns componentes do heterogêneo quadro de Rio Pardo no século XVIII, sob diferentes lupas, integrando-o ao contexto mais amplo do Império português e da Modernidade. Ainda antes de nos ocupar com a documentação propriamente dita, precisamos passar pela história e historiografia que trabalham com o nome, nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO 2: ONOMÁSTICA

2.1 Onomástica como objeto de investigação

Nas páginas que se seguem, e sobretudo no último capítulo deste trabalho, daremos especial atenção aos nomes dos sujeitos. Seus *primeiros nomes* - ou *prenomes*, como passaremos a nos referir - constituem um dos principais objetos a serem investigados daqui por diante. Isso porque no trato com a documentação se observou a grande recorrência de determinados prenomes entre os indígenas da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo registrados no segundo livro de batismo. Entretanto, para nossa grata surpresa, os prenomes que mais se repetiam em Rio Pardo não se assemelhavam aos que mais se repetiam em outras partes da América portuguesa.

Afirmando que há essa recorrência pretendemos remeter essa discussão às implicações práticas, teóricas e metodológicas desse fenômeno, inserindo este trabalho em um universo de pesquisa mais amplo, tanto nacional quanto internacionalmente.

A presença de nomes iguais para sujeitos diferentes em diferentes tipos de documentações, chamados de *homônimos*, é um problema apontado por diversos pesquisadores que trabalham com a onomástica – ou *práticas de nomeação* - desde o enunciador do método onomástico - Ginzburg (1989) - até as monografias mais recentes, pensando em especial no trabalho de Nathan Camilo (2011) e nesta monografia, como será dito. No Brasil, diversos pesquisadores observaram a presença de homônimos e suas implicações teóricas e metodológicas: Martha Hameister (2006 e 2008), Sérgio Nadalin (2004), Ana Silvia Scott (2001), Rachel Marques (2011), Antonio Monteiro (2009), Nathan Camilo (2011).

É interessante observar, contudo, que vários trabalhos dentre os citados partem deste que seria um empecilho para a perseguição de determinados sujeitos no passado tornando-o um problema a ser investigado. Dessa forma, os homônimos passam a ser trabalhados como objeto de pesquisa e de problematização.

De qualquer modo, o fato de nos depararmos com uma grande recorrência de prenomes por causa, em parte, de um reduzido estoque ou das

opções adotadas pelas populações lusas não inviabiliza o acompanhamento de determinados indivíduos ao longo do tempo, apenas exige do pesquisador que alguns procedimentos sejam realizados; entre eles, o mais citado e provavelmente usado pelos pesquisadores é o cruzamento entre diferentes fontes que possam fornecer informações sobre os agentes - o que Hameister chamou de identificar "os sujeitos históricos nas diversas facetas de sua existência" (2006, p. 79).

Entre os trabalhos citados, em especial os de pesquisadores brasileiros, abunda o uso de registros paroquiais - e não é para menos, pois devido à natureza desses documentos, com o registro seriado dos nomes dos agentes envolvidos nos ritos católicos, principalmente os do batismo e casamento, é possível partir para investigações de cunho onomástico. Algumas delas, em especial as que se propõem a investigar pessoas ou grupos específicos, recorrem à estratégia de cruzamento de fontes proposta, entre outros pesquisadores, por Wrigley (1973) como processo metodológico que permite identificar com segurança sujeitos distintos ou o mesmo sujeito em diferentes situações. Dessa maneira, passa a ser natural observar em trabalhos desse tipo um grande volume de corpos documentais distintos, como, por exemplo, no trabalho de Rachel Marques (2011), que utiliza registros de batismo, casamento e óbito, testamentos, inventários, requerimentos, entre outros; e também a importância da descoberta de novos corpos documentais que possibilitem o andamento do trabalho de investigação em determinadas situações, agregando conhecimento dos diversos âmbitos da vida dos sujeitos, como explorado por Martha Hameister (2006, p. 76).

Há ainda uma última questão a ser posta por este trabalho, ainda relativa às práticas nominativas, que é a percepção do prenome como algo que vai muito além da simples identificação de um sujeito por seus contemporâneos. Como veremos nas páginas a seguir, muitos autores percebem determinados valores e significados para os nomes recebidos no batismo, podendo estes nomes ser compreendidos como patrimônios imateriais familiares a serem usados por membros de determinadas famílias e legados às gerações seguintes ou mesmo como formadores de uma identidade local ou regional.

2.2 No âmbito internacional

A onomástica é um tema que remonta a alguma tradição na historiografia, principalmente se levarmos em conta a historiografia internacional, pensando aqui majoritariamente em autores franceses, italianos e portugueses.

Martha Hameister (2006) apresenta no segundo capítulo de sua tese - *O segredo do pajé* - um levantamento dos estudos onomásticos na historiografia mais recente, dando destaque para publicações francesas da década de 1980. A publicação de Dupâquier, Bideau e Ducreux (*Le prénom, Mode et Histoire* - 1984) foi importante, assim como várias publicações da revista de antropologia *L'Homme*, que no ano de 1980 teve um número inteiramente dedicado à onomástica, publicando artigos de Zonabend, Burguière, Collomp, Segalen, Klapisch-Zuber, Severe, entre outros.

Essa conjuntura de publicações é considerada uma retomada dos estudos dos nomes, pois, como mostra Dupâquier, é possível identificar estudos de práticas nominativas já em 1888. A principal característica desse novo momento dos estudos na década de 1980 é a confluência entre história, sociologia e antropologia, situando, dessa maneira, o campo da onomástica em uma "zona de fronteira" entre estas disciplinas (HAMEISTER, 2006, p. 83).

Uma das consequências dessa retomada, segundo Hameister, foi a publicação de resultados parciais e finais de pesquisas em dois livros sobre o tema. Um deles é *Le prénom, Mode et Histoire*, citado logo acima, e o outro *Léonard, Marie, Jean et les Autres: les prénoms en Limousin depuis un millénaire*, de Pérouas, Barrière, Boutier, Peyronnet et al., também de 1984. Ambas as obras fazem em suas introduções uma análise sobre os estudos da prenominação na França. Apesar de não estarem conectadas *a priori*, ambas surgem em um mesmo contexto e em certos aspectos apresentam semelhanças - inclusive, como mostra Hameister, alguns autores publicam em ambos os livros.

Essa tendência de estudos sobre a onomástica surgida na França encontrou receptividade em outras partes do globo. Ainda no segundo capítulo

da tese de Hameister há uma extensa lista de trabalhos publicados entre 1982 e 2000, notadamente em língua inglesa.

Já em português, mas ainda se tratando de trabalhos estrangeiros, a revista eletrônica portuguesa *Etnográfica* lançou em 2008 um volume - o 12º - dedicado ao estudo dos nomes. Entre os textos da publicação citamos a abertura de João de Pina-Cabral (2008a), na qual ele apresenta um interessante debate sobre a relação do nome com a sociedade que o cerca. Destacamos ainda os autores Robert Rowland, com seu artigo sobre práticas nominativas em Portugal na Era Moderna, e Nuno Monteiro, com sua perspectiva histórica sobre nomes de família em Portugal.

2.3 No Brasil

Autores brasileiros também tem se debruçado sobre o tema da onomástica ao longo dos últimos anos, investigando o repasse, a atribuição e a construção de prenomes, ainda que nem sempre sejam estes os problemas centrais de seus estudos.

Entre estes autores podemos citar Evaldo Cabral de Mello (*O Nome e o Sangue*, de 2000), Ana Maria Lugão Rios (*Família e compadrio entre escravos das fazendas de café: Paraíba do Sul, 1871-1888*, publicado em 1990, e *The politics of kinship: 'Compadrio' among slaves in Nineteenth-Century Brazil*, de 2000), Sérgio Luiz Ferreira (*Transmissão de sobrenomes entre luso-brasileiros: uma questão de classe e A utilização de prenomes: uma comparação entre uma freguesia do Sul do Brasil e uma freguesia açoriana*, ambos artigos de 2005) e Rodrigo de Azevedo Weimer (*Nominação e identificação de ex-escravos através de processos criminais: São Francisco de Paula, RS, 1880-1900*, também de 2005).

Além desses trabalhos há ainda outros que nos interessam mais particularmente, pois fornecem dados sobre práticas nominativas em diferentes locais da América lusa que serão usados para fins comparativos mais adiante. Entre esses trabalhos estão a publicação de Sérgio Nadalin (*História e demografia: elementos para um diálogo*, de 2004), o trabalho monográfico sob sua orientação de Antônio Sérgio Monteiro (*Laços invisíveis: o papel da nominação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba*

setecentista, de 2009), a tese de Martha Hameister, que perpassa vários aspectos do nome e da prática nominativa (*Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*, defendida em 2006), a comunicação de Ana Silvia Scott e Nathan Camilo na *V Jornada de Estudos Genealógicos: genealogia luso-brasileira (Todos os Nomes - Das práticas de nomeação lusobrasileiras*, apresentada em Porto Alegre no ano de 2011), a monografia de Nathan Camilo (*"Feliz o homem que deixa um bom nome": práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810)*, também de 2011) e a dissertação de Rachel Marques (*Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)*, de 2011).

Como dito, alguns desses trabalhos não tem o nome ou as práticas nominativas como preocupação central, porém trabalham tangencialmente com essas questões no decorrer de suas investigações. Outros, entretanto, problematizam justamente as questões de onomástica e práticas nominativas. De qualquer modo, alguns deles trazem alguns dados sobre essas práticas a que convém aludir.

O trabalho de Sérgio Nadalin (2004) discute uma série de questões relacionadas à investigação a partir de registros paroquiais, estabelecendo uma relação entre história e demografia. Além disso, entre os dados apresentados pelo autor figuram os prenomes mais comuns na Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba no século XVIII. Segundo Nadalin, esses nomes são Manoel, Francisco, José, Antônio, João, Joaquim, Salvador, Bento, Miguel e Inácio - sendo que os quatro primeiros nomes correspondem às escolhas em 50% das vezes. Para o sexo feminino são Maria, Ana, Francisca, Izabel, Gertrudes, Rosa, Quitéria, Joanna, Antonia e Joaquina - sendo que, segundo o autor, Maria ou Ana eram escolhidos em 4 de cada 10 registros (p. 106)³.

³ Daqui por diante a grafia dos nomes será atualizada e/ou padronizada, mas é importante que conste que os mesmos nomes podem ser escritos de maneiras diferentes de região para região, ou talvez de padre para padre, chegando a variar, inclusive, de um registro para outro em um mesmo livro paroquial.

O trabalho de Antonio Monteiro (2009) reforça essa desigualdade na distribuição dos prenomes na sociedade curitibana do século XVIII. A pesquisa do autor mostra que os cinco nomes mais escolhidos de cada sexo representam 50% e 49% dos prenomes masculinos e femininos, respectivamente.

Retomaremos a seguir mais alguns trabalhos dentre os citados que nos fornecem dados de práticas nominativas da América lusa, em especial no século XVIII, mas circunscritas geograficamente ao Continente do Rio Grande de São Pedro.

2.4 Estudo do nome no Continente do Rio Grande

Dentre os trabalhos já mencionados, os de Ana Silvia Scott, Nathan Camilo e Rachel Marques dizem respeito ao atual território do Rio Grande do Sul e também fazem levantamentos quantitativos da atribuição de prenomes no século XVIII.

Tanto na monografia de Nathan Camilo quanto em sua comunicação em co-autoria com a professora Ana Sílvia Scott, mencionada anteriormente, temos dados quantitativos das práticas nominativas da Matriz de Porto Alegre entre os anos de 1772 e 1810. Segundo esses trabalhos, os prenomes mais escolhidos no ato do batismo foram José, Manoel, Antônio, João e Francisco; e Maria, Ana, Joaquina, Francisca e Rita. Os trabalhos fazem uma divisão dessa distribuição de prenomes por décadas, mostrando ligeiras diferenças nas escolhas mais recorrentes. Essas diferenças, cabe frisar, estão apenas na ordem na qual alguns nomes aparecem de uma década para a outra, isto é, os nomes são, de modo geral, os mesmos, quando muito alterando a ordem entre si.

O trabalho de Camilo (2011) apresenta ainda mais um dado: a distribuição dos prenomes mais escolhidos segundo a legitimidade do batizando (podendo essa classificação ser "legítimo", "ilegítimo/natural" ou "exposto"⁴). Mais uma vez podemos perceber como os cinco nomes mais escolhidos alternam suas posições em alguns casos, sendo que poucas vezes um ou outro nome que não figurava neste rol aparece entre os cinco (p. 36-47).

⁴ Essa é a classificação conforme consta no trabalho de Nathan Camilo.

Rachel Marques (2011), na sua investigação sobre a família Silveira, também acaba por fazer um levantamento dos prenomes mais escolhidos nos registos de batismo da vila do Rio Grande no período de 1750 a 1755. O resultado desse levantamento é de que os prenomes mais escolhidos nesses registos são José, Manoel, Antônio, João e Francisco e Maria, Ana, Rosa, Antônia e Francisca (p. 107). Reconhecendo a similaridade entre os prenomes mais escolhidos em Rio Grande e em algumas outras localidades e freguesias da América lusa, Marques sugere que a origem cultural portuguesa seja uma das causas de tal fenômeno, sem se aprofundar no tema.

2.5 No Rio Pardo

Aludindo tanto à tradição historiográfica internacional quanto aos trabalhos nacionais sobre onomástica, construímos um quadro teórico no qual este trabalho se insere. Os pontos de contato entre o que se desenvolverá a seguir e o que foi sistematicamente exposto acima são vários. Um deles é o próprio uso de registos paroquiais, uma constante nos trabalhos que realizaram levantamentos de prenomes mais comuns em determinadas localidades, fato esse que é recorrente também em trabalhos franceses, alguns deles também citados acima.

Outro fator comum é o levantamento dos prenomes mais recorrentes em Rio Pardo, e nesse ponto, ao mesmo tempo em que temos fatores em comum, temos também peculiaridades, na medida em que, dependendo do recorte das amostras, notadamente o étnico, teremos resultados significativamente diferentes.

Assim, todos esses levantamentos elencados até aqui serão retomados em momento oportuno. O fato de alguns resultados destoarem do que foi encontrado na bibliografia até aqui abre margem para a discussão e para as hipóteses que este trabalho levanta. Passemos, portanto, aos resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 3: PRÁTICAS NOMINATIVAS EM RIO PARDO

3.1 Uma crítica à documentação e a Metodologia aqui empregada.

A documentação utilizada na presente etapa da pesquisa é composta por 54 fotos do primeiro livro de batismos e 35 fotos do segundo livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, que compreende ao todo o período de 1755 a 1765, obtidos através do site www.familysearch.org. São 35 páginas com registros em frente e verso no primeiro livro e 54 páginas do livro segundo. O conjunto contém 633 registros de batismo, assim distribuídos: 263 registros do primeiro livro e 370 do segundo, os quais trazem informações acerca da data do registro, nomes do batizando, pais e padrinhos, origens e posições sociais dos agentes envolvidos no rito católico. Outras informações disponíveis, mas menos recorrentes, são indicações de cargos, patentes e títulos das pessoas identificadas. A forma como cada registro ou assento é feito está disposta nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

Aos tantos de tal mês e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N., e de sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N., casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja e moradores em tal parte (DA VIDE, 1707, Título XX).

A grande quantidade de informações presentes nos registros paroquiais faz com que se façam muitos usos dessa documentação em história - usos esses, cabe lembrar, muito distintos dos que foram originalmente pensados para a documentação - desde o estudo de genealogias, investigações sobre população, demografia histórica, hierarquias, redes sociais, circulação de bens, influência e prestígio, utilizando diferentes metodologias, desde as mais quantitativas até as mais qualitativas, cruzamentos de nomes e informações, entre outras. Todas essas possibilidades são imputadas a uma documentação que inicialmente apenas registrava o ingresso de sujeitos na cristandade. Sobre isso Martha Hameister escreveu:

[...] todo o uso para além do registro do momento de purificação da alma e do ingresso de mais um cristão entre os paroquianos, até

mesmo o uso que os padres faziam para buscar impedimentos matrimoniais nas uniões que se dariam entre uns e outros anos após o batismo, extrapola a intenção primeira do registro batismal (HAMEISTER, 2012, p. 105).

Por isso, temos que considerar que as possibilidades são seguidas de perto pelas limitações que o documento apresenta: não pensado para responder às perguntas de hoje, seu uso acrítico pode nos levar a equívocos teóricos e metodológicos.

Diante disso é válido considerar os limites e possibilidades do uso que essa pesquisa fará da referida documentação. Ao estudar práticas nominativas estamos nos valendo de uma importante característica dos registros batismais, comum a toda a América portuguesa: no ato do batismo, o batizando recebe um nome cristão. Tão importante quanto isso é considerar que dentre os sacramentos católicos, o batismo é o mais importante, primeiro por ser indispensável para a salvação da alma e o recebimento dos demais sacramentos, também por ser a porta de entrada do sujeito na cristandade (DA VIDE, 1707, Título X), e por último por ser aquele que tem o menor índice de sub-registros (ausência ou omissão de registros): para Nadalin, no que tange aos registros de batismo os dispositivos legais eram mais respeitados (2004, p. 44).

Além do nome do batizando, há o nome de seus pais e padrinhos e suas origens, o que nos registros de Rio Pardo remete às reduções jesuíticas, nos casos de batizados filhos de indígenas. Além disso, a indicação do local de origem é acompanhada da designação da condição socio-jurídica dos envolvidos na cerimônia na maioria dos registros, como no registro transcrito do segundo livro de batismos da freguesia que segue:

Aos 5 de Novembro de 1758 bautizei, e puz os Santos oleos ao innocente Miguel Ariunde filho de Miguel Ariunde, e de Maria Parara. Foi padrinho Diogo Chirá Indio de S. (Santo) Anjo; e madrinha Maria Panheti, esta, e os pays de Miguel Indios todos de S. (São) Nicolao. (Assinado) Francisco Bernardes. (À margem esquerda Miguel). (Segundo livro de batismo de Rio Pardo, sem indicação de página, foto 7).

Partindo do exemplo acima podemos indicar o que será considerado a

partir daqui como *prática nominativa de indígenas*, sendo ela relativa aos filhos de pais oriundos das missões jesuíticas, o que é possível graças ao zelo dos padres responsáveis pelos assentos de batismo dos mencionados livros em registrar tal como dispõem as Constituições Primeiras as origens das pessoas. Assim fazemos a relação entre prática nominativa e o uso dos nomes de batismo como demarcadores étnicos.

Para o levantamento sistemático das informações disponíveis em cada um dos registros, com vistas a apreender as informações em sua totalidade, foi elaborado um documento do tipo planilha, a qual tem campos específicos para o registro de cada informação, sendo elas: número do registro, a foto que o contém, a data, o nome, sexo e legitimidade do batizando; nome, cargo, título, patente, condição social e jurídica e local de origem de pais e padrinhos; nome do padre autor do registro e um campo de observações para informações que não se enquadram nos campos anteriores.

As opções que satisfazem o campo referente à legitimidade do batizando podem ser “Legítimo”, “Natural” ou “Exposto”, de acordo com o que se apresenta no registro. A condição social e jurídica foi assinalada como “Índio(a)”, “escravo(a)”, “pardo(a)” e “forro(a)”; a ausência de uma indicação precisa foi interpretada como pessoa livre. O campo título e patente recebeu as indicações de “capitão”, “tenente”, “guarda”, ou, no caso das mulheres, “Dona” (título que expressa distinção social). A origem de pais e padrinhos, quando indicada, preencheu o campo específico para esta informação, podendo fazer menção tanto a lugares específicos (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais), quanto a regiões ou países (Português(a), Castelhana(a)), ou ainda a missões e aldeamentos indígenas (Santo Ângelo, São Lourenço, São Miguel). Neste último caso, quando foi indicado como origem um aldeamento indígena, será imputada a condição de indígena na condição social e jurídica do indivíduo correspondente.

Todos os campos mencionados estavam passíveis de receber a indicação “Nada consta”, caso não existissem indicações precisas sobre a informação, ou indícios que permitissem preenchê-la no registro. Puderam, ainda, receber a indicação de “corroído” ou “ilegível” quando sua leitura não foi possível pelo estado material da documentação.

Para auxiliar na discussão, além do levantamento dos dados da documentação principal (Primeiro e Segundo livros de batismos de Rio Pardo), recorreu-se a um corpo documental auxiliar formado pelas publicações de António Cardim (1650), Antônio Ruiz de Montoya (1997)⁵ e Sebastião da Vide (1707). Recorreu-se a eles para apreender uma possível religiosidade jesuítica e para o trabalho com os registros paroquiais.

3.2 O nome de cada um

O primeiro livro de batismo de Rio Pardo contém 263 registros, sendo 115 registros de batizados do sexo masculino e 148 do sexo feminino. Diferentemente do segundo livro e devido às suas condições materiais, não houve a incidência de registros corroídos ou ilegíveis⁶. Nos registros identificamos um total de 36 nomes diferentes dados aos batizados do sexo masculino e 47 para o sexo feminino durante o período de abrangência do livro (1755-1761). Esses nomes e suas recorrências são mostrados pela tabela a seguir.

TABELA 1 - NOMES MASCULINOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO

Aleixo	1	Domingos	1	Hipólito	1	José	20	Miguel	3	Raimundo	1
Antônio	15	Feliciano	1	Inácio	4	Julião	1	Nazário	1	Sebastião	1
Apolinario	1	Felipe	1	Izidoro	1	Lourenço	1	Pantaleão	1	Simão	1
Bernardo	2	Florentino	1	Jerônimo	3	Lucas	1	Pascoal	1	Venâncio	1
Bruno	1	Francisco	6	João	10	Manoel	14	Patrício	1	Venceslau	1
Cristovão	2	Gregório	1	Joaquim	8	Maurício	2	Pedro	1	Vicente	3

Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

⁵ A primeira edição espanhola data de 1639.

⁶ O livro é aparentemente uma cópia do original. Mas é possível inferir que faz parte da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, pois alguns registros fazem menção a "esse Forte de Jesus Maria José".

TABELA 2 - NOMES FEMININOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO

Andressa	1	Catarina	2	Felizarda	1	Inácia	1	Juliana	1	Pascoa	1
Angélica	2	Cecília	1	Florianna	1	Inês	2	Leonarda	1	Polonia	1
Ana	8	Clara	2	Florinda	3	Izabel	1	Lourença	1	Severina	1
Antônia	4	Cipriana	1	Francisca	7	Jacintha	1	Maria	51	Teodora	4
Bárbara	1	Dorotea	1	Genoveva	3	Jeronima	1	Mariana	1	Teresa	7
Benedita	1	Escolástica	2	Gertrudes	2	Joana	6	Marta	1	Vitória	1
Berthola	1	Eugênia	1	Gabriela	1	Joaquina	2	Mathilde	1	Violante	2
Brigida	5	Felicia	1	Honorata	1	Josefa	5	Máxima	2		

Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

O segundo livro de batismo, por sua vez, contém entre os 370 registros 144 de batizados do sexo masculino, 154 do sexo feminino e 72 dos quais não foi possível apreender o nome ou inferir o sexo do batizando, devido às péssimas condições de alguns registros, notadamente nas bordas das páginas, a área mais exposta ao ambiente. Isso reduz nosso universo amostral para 298 registros, pois utilizaremos para todos os fins apenas os registros legíveis. O livro registra 48 nomes masculinos diferentes e 45 nomes femininos. Esses nomes e suas recorrências são mostrados pelas tabelas abaixo.

TABELA 3 - NOMES MASCULINOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO

Agostinho	3	Carlos	2	Eustáquio	1	Jacinto	1	Martinho	1	Rafael	2
Alexandre	2	Crisanto	3	Euzébio	1	Joaquim	1	Miguel	20	Roque	2
Anacleto	2	Cristovão	5	Faustino	1	João	8	Nicolau	3	Santiago	1
Anastácio	1	Diogo	3	Francisco	10	José	4	Pantaleão	1	Sebastião	1
André	1	Dionisio	1	Gabriel	2	Lázaro	1	Patrício	1	Simão	1
Antônio	14	Domingos	2	Jerônimo	1	Leonardo	2	Pedro	7	Teixeira	1
Bartolomeu	1	Donato	1	Inácio	15	Lourenço	2	Polinário	1	Tomaz	1
Bernardino	2	Eugênio	1	Inocência	1	Luis	2	Felipe	3	Timóteo	1

Fonte: 2º Livro de batismo de Rio Pardo (1758-1765)

TABELA 4 - NOMES FEMININOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMOS DE RIO PARDO

Agostinha	3	Basilissa	1	Cristina	1	Josefa	1	Maria	73	Salomé	2
Anastácia	3	Belchiora	1	Donata	1	Juliana	3	Martha	1	Simphoroza	1
Ângela	1	Bernardina	2	Dorotea	1	Leocádia	1	Martinha	1	Tereza	2
Angelina	1	Bibiana	1	Florência	1	Liberata	1	Micaela	2		
Ana	8	Catarina	3	Inácia	7	Lizarda	1	Petronilla	1	Úrsula	1
Antônia	4	Cecília	2	Izabel	2	Lourença	1	Plácida	1		
Apolônia	1	Celestina	1	Jacobe	1	Lucreσία	1	Quitéria	1	Vitória	3
Bárbara	2	Clara	1	Joana	2	Madalena	4	Rosa	1		

Fonte: 2º Livro de batismo de Rio Pardo (1758-1765)

Para fins de comparações que serão feitas na próxima seção, vamos elencar aqui, como fizemos com os trabalhos da bibliografia no capítulo anterior, os nomes mais escolhidos em cada um dos livros, dividindo-os por sexo.

TABELA 5 - OS CINCO NOMES MAIS ESCOLHIDOS PARA CADA SEXO NO PRIMEIRO LIVRO

José	20	Maria	51
Antônio	15	Ana	8
Manoel	14	Francisca	7
João	10	Teresa	7
Joaquim	8	Joana	6
Outros	48	Outros	69

Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

Verifica-se que os nomes mais escolhidos no primeiro livro de batismo quando se considera a população como um todo foram José, Antônio, Manoel, João e Joaquim, que somados ocorreram 67 vezes, enquanto os demais nomes foram escolhidos 48 vezes. Para os nomes femininos a ordem foi Maria, Ana, Francisca, Teresa e Joana, com suas recorrências somando 79 escolhas, contra 69 para os demais nomes.

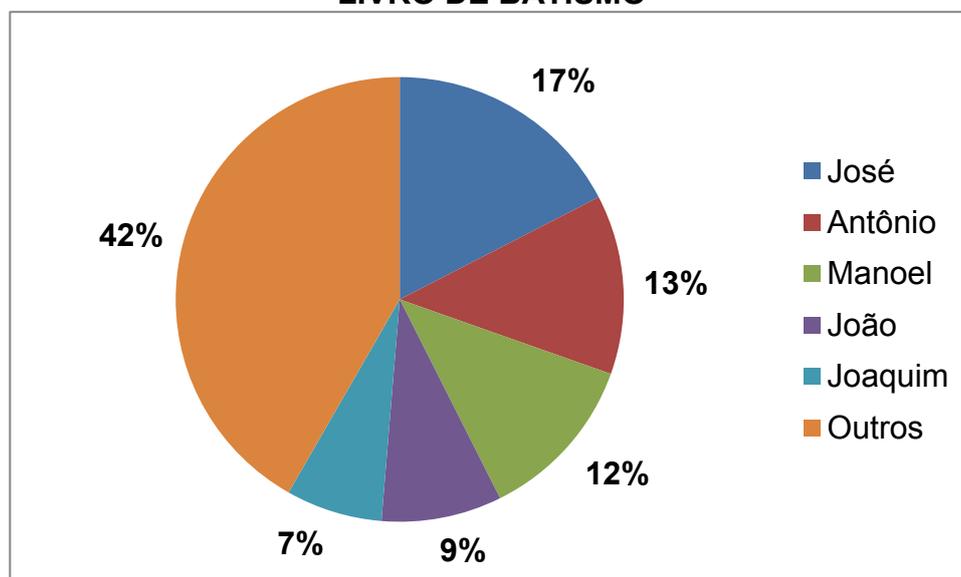
TABELA 6 - OS CINCO NOMES MAIS ESCOLHIDOS PARA CADA SEXO NO SEGUNDO LIVRO

Miguel	20	Maria	73
Inácio	15	Ana	8
Antônio	14	Inácia	7
Francisco	10	Antônia	4
João	8	Madalena	4
Outros	77	Outros	58

Fonte: 2º Livro de batismo de Rio Pardo (1758-1765)

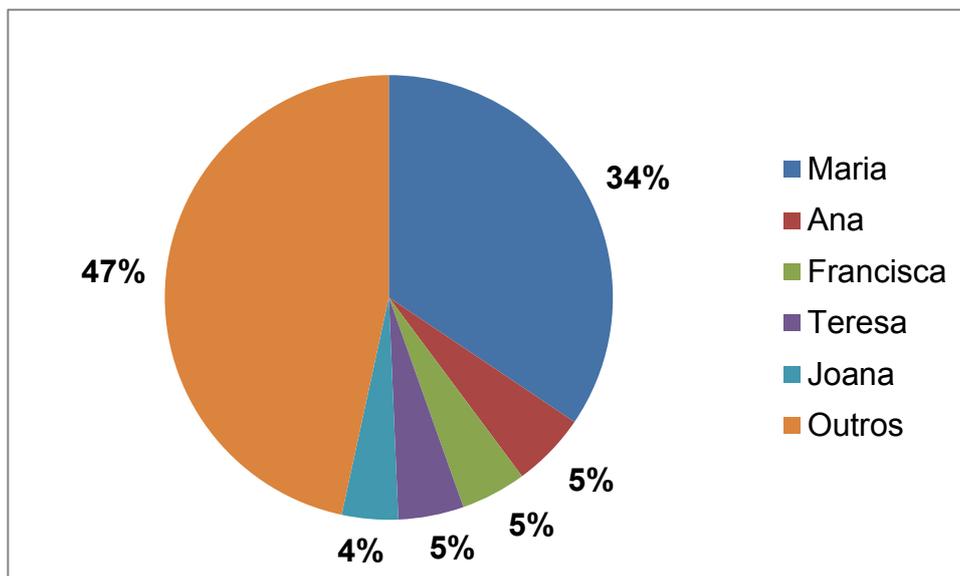
Já o segundo livro apresenta resultados diferentes. Lembramos mais uma vez que se trata de um livro específico para o registro de indígenas oriundos dos 7 Povos das Missões. Os nomes masculinos mais escolhidos nele foram Miguel, Inácio, Antônio, Francisco e João, com suas recorrências somando 67, enquanto os demais nomes somam 77 das escolhas. Para os nomes femininos os mais escolhidos foram Maria, Ana, Inácia, Antônia e Madalena, totalizando 96 escolhas para esses nomes e 58 para os demais. Relativizando os números apresentados até aqui, temos que a distribuição de nomes se configura do modo como os gráficos a seguir mostram.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES MASCULINOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMO



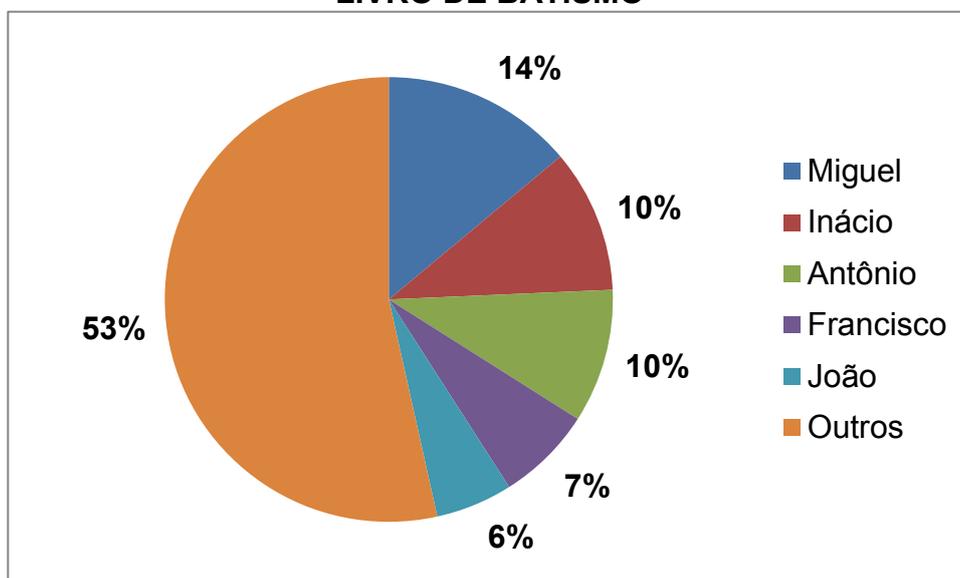
Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES FEMININOS DO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMO



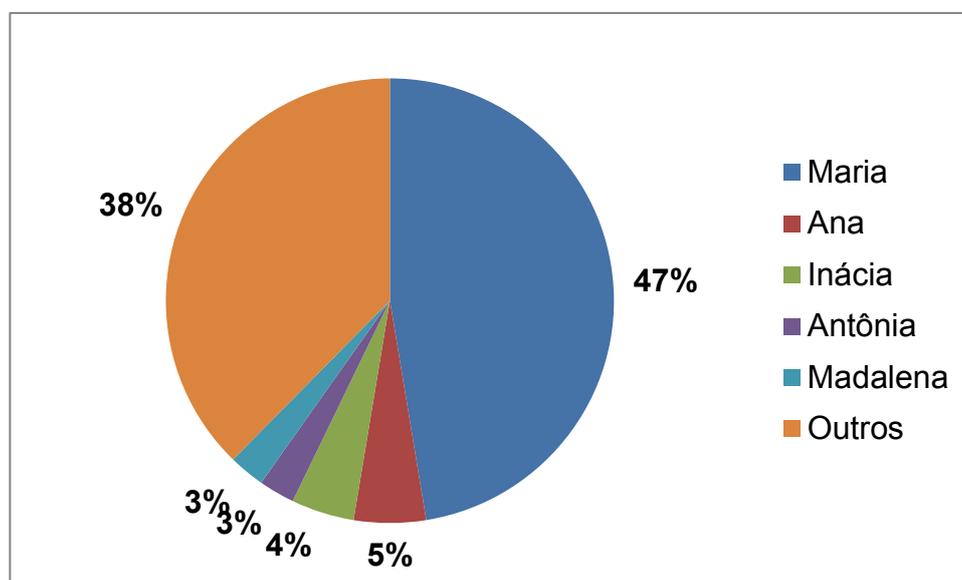
Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES MASCULINOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMO



Fonte: 2º Livro de batismo de Rio Pardo (1758-1765)

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES FEMININOS DO SEGUNDO LIVRO DE BATISMO



Fonte: 2º Livro de batismo de Rio Pardo (1758-1765)

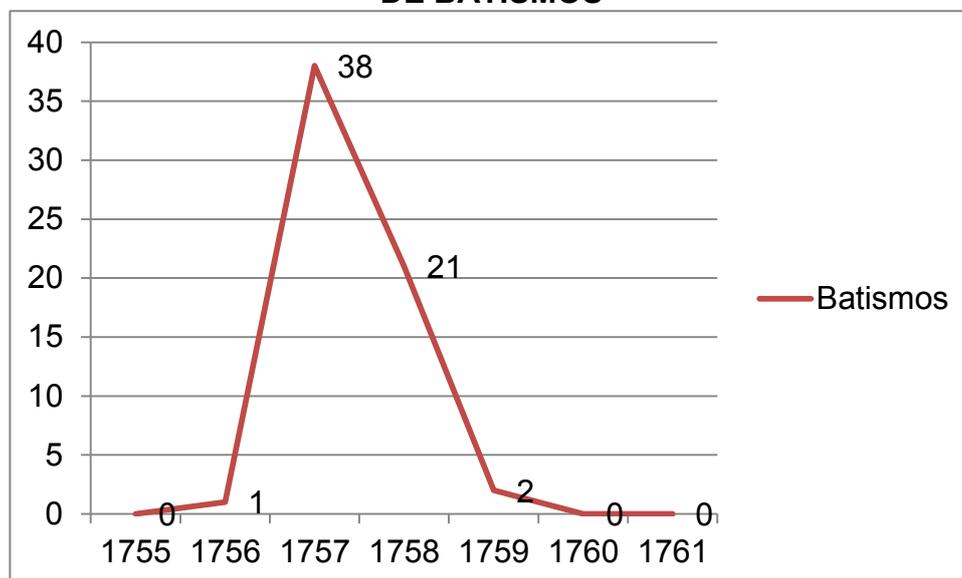
Vemos nos gráficos que de modo geral a distribuição dos nomes que não figuram entre os cinco mais escolhidos de cada livro para cada sexo variam entre 38% e 53% das escolhas totais das freguesias. Para ser mais específico, os cinco nomes masculinos mais escolhidos no primeiro livro representam 58% das escolhas, sendo que os dois primeiros sozinhos somam 30%. Para os nomes femininos desse livro os cinco nomes mais escolhidos somam 53% dos nomes, dividindo os 47% restantes entre os demais nomes. Um destaque é o nome Maria, que sozinho representa 34% das escolhas.

Para o segundo livro de batismos os resultados são os seguintes: os cinco nomes masculinos mais escolhidos somam 47%, enquanto os demais nomes escolhidos pelos indígenas somam 53%. Já nos nomes femininos vemos o destaque ao nome Maria, que sozinho representa quase metade das escolhas (47%), enquanto os nomes que não estão entre os cinco mais recorrentes somam apenas 38%.

É importante chamar a atenção para o fato de que o livro destinado ao registro de indígenas só se inicia no segundo semestre de 1758. Logo, os indígenas batizados nessa freguesia até então eram registrados no mesmo livro que os demais habitantes da freguesia. Isso se expressa nos registros da

seguinte forma: até o ano de 1758 temos diversos registros de indígenas no primeiro livro, e a partir dessa data a quantidade diminui.

GRÁFICO 5 - BATISMOS DE INDÍGENAS POR ANO NO PRIMEIRO LIVRO DE BATISMOS



Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

Talvez a demanda dos anos anteriores tenha contribuído para a abertura de um livro específico de indígenas em 1758. O fim da Guerra Guaranítica também deve ter tido seus efeitos. Mas além de tudo isso lembremos que pelo Tratado de Madri o território das missões jesuíticas passava a ser português. Então é provável que os registros de indígenas em Rio Pardo sejam dos índios que porventura continuaram no território missioneiro.

O livro exclusivo para indígenas aponta uma significativa diferença entre os nomes mais escolhidos por indígenas e os mais escolhidos pela população em geral no primeiro livro. Portanto, iremos separar um grupo amostral composto apenas pelos indígenas que foram registrados no primeiro livro⁷.

⁷ Foram considerados indígenas os filhos de pai e mãe indígena, ou filhos de pelo menos mãe indígena.

TABELA 7 - NOMES MASCULINOS DE INDÍGENAS NO PRIMEIRO LIVRO

José	3	Francisco	2	Gregório	1	Manoel	1	Sebastião	1
Miguel	3	Bonifácio	1	Inácio	1	Mauricio	1	Venâncio	1
Antônio	2	Feliciano	1	Jerônimo	1	Pantaleão	1	Venceslau	1
Cristovão	2	Florentino	1	Lourenço	1	Patrício	1		

Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

TABELA 8 - NOMES FEMININOS DE INDÍGENAS NO PRIMEIRO LIVRO

Maria	21	Antônia	1	Honorata	1	Polonia	1
Teresa	3	Benedita	1	Inês	1		
Joana	2	Brigida	1	Josefa	1	Teodora	1
Andressa	1	Gabriela	1	Lourença	1		

Fonte: 1º Livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

Essas duas tabelas mostram que, quando o universo de amostra da população do primeiro livro se restringe aos indígenas, temos novamente alterações em alguns padrões da nomeação dos sujeitos. Por mais que essas mudanças tenham que ser relativizadas, dado essa amostra não ser tão volumosa - 63 registros -, o fato é que Miguel novamente se destaca entre os nomes masculinos, empatando com José entre os mais escolhidos para indígenas no primeiro livro.

O próximo passo é colocar todos esses resultados lado a lado com o que foi obtido na bibliografia e tentar pensar o que pode explicar algumas diferenças que encontramos.

3.3 E agora, Miguel?

O que foi levantado sobre as práticas nominativas da América portuguesa no século XVIII está sintetizado na tabela abaixo, que agrupa os cinco nomes mais escolhidos em três locais diferentes, em tempos aproximados.

TABELA 9 - SÍNTESE DOS NOMES MAIS ESCOLHIDOS SEGUNDO A BIBLIOGRAFIA

Curitiba, século XVIII		Porto Alegre, 1772-1810		Rio Grande, 1750-1755	
Manoel	Maria	José	Maria	José	Maria
Francisco	Ana	Manoel	Ana	Manoel	Ana
José	Francisca	Antônio	Joaquina	Antônio	Rosa
Antônio	Izabel	João	Francisca	João	Antônia
João	Gertrudes	Francisco	Rita	Francisco	Francisca

Fonte:
Nadalin (2004)

Fonte:
Scott & Camilo (2011)

Fonte:
Marques (2011)

Percebemos pela tabela que Manoel, Francisco, José, Antônio e João aparecem nas três ocasiões, alternando apenas a ordem entre si. Já os nomes femininos tem uma ligeira diferença de um para outro. De qualquer modo, Maria, Ana e Francisca se destacam em todos os autores, enquanto alguns outros nomes aparecem em um lugar com mais destaque do que em outros (Izabel, Gertrudes, Rita, Joaquina, Rosa e Antônia).

Comparados com os resultados do primeiro livro de batismos de Rio Pardo - livro esse que registra sujeitos de diversas condições sociais, jurídicas e étnicas -, em especial os nomes mais recorrentes (Tabela 5 - página 41), percebemos que não há diferenças significativas, uma vez que os nomes José, Antônio, Manoel, João e Joaquim são elencados como os mais recorrentes. O único destaque que deve ser feito é ao nome Joaquim, que, apesar de comum, não aparece entre os cinco das outras listas. Podemos dizer o mesmo para os nomes femininos, entre os quais se repetem, à semelhança do que foi verificado pela bibliografia, Maria, Ana e Francisca nas primeiras "posições", sendo que Teresa e Joana fecham a lista para Rio Pardo.

Porém o mesmo não pode ser dito para os resultados do segundo livro (Tabela 6 - página 42). Há uma diferença significativa nesse caso, pois os nomes mais escolhidos para ou pela população indígena de Rio Pardo são Miguel, Inácio, Antônio, Francisco e João. Os dois primeiros destoam muito de todos os nomes classificados como mais populares na América portuguesa. Os nomes femininos, por sua vez, apresentam um resultado ainda mais intrigante: Maria e Ana continuam sendo os nomes mais escolhidos, mas completam a lista os nomes Inácia, Antônia e Madalena. Este último, com uma conotação muito forte para a cristandade, por Maria Madalena estar vinculada ao pecado

antes de seguir os ensinamentos de Jesus, não aparece senão raramente em registros batismais.

Retornando ao primeiro livro e considerando apenas os indígenas registrados (Tabelas 7 e 8 - página 46), temos novamente a recorrência do nome Miguel. Mais do que isso, os três "Miguéis" que aparecem entre os registros de indígenas são os mesmos que aparecem na população como um todo (Tabela 1 - página 39), ou seja, não há Miguel na freguesia que não seja indígena.

Além da especificidade dos nomes, os indígenas estavam ligados ainda a uma outra que pode estar relacionada com a primeira, a saber, a tutela jesuítica à qual estavam submetidos até pelo menos o Tratado de Madri (1750). Lembremos que pelo seu *status de etnia* os indígenas da América demandavam tutela, que por muito tempo foi feita pelos padres jesuítas nas aldeias que fundavam. No caso dos indígenas dos 30 Povos, essa guarda era exercida desde pelo menos 1640, quando das primeiras reduções dos jesuítas na região. Sugere-se que mais de um século de convívio e doutrinação tenha passado aos indígenas alguns elementos de sua religiosidade, que podia estar sendo reiterada nos batismos subsequentes à Guerra Guaranítica. Ou seja, perde-se o vínculo imediato, mas sua influência continua de forma subjetiva.

Para tentar dar mais robustez à hipótese levantada, recorreremos a alguns elementos que parecem estar intimamente ligados à religiosidade expressa pelos jesuítas e que podem estar relacionados às especificidades da prática nominativa indígena verificadas.

3.4 Religiosidade jesuítica: uma hipótese

Começaremos pelo mais simples: os nomes Inácio e Inácia. Simples porque não precisamos ir muito longe para ver a relação entre esse nome específico com a religiosidade dos jesuítas, já que esse é o prenome do fundador da Companhia. Inácio de Loyola fundou a Ordem em 1534 e a escolha desses nomes por parte dos indígenas reduzidos pelos jesuítas pode ser ou fazer uma referência a ele. É curioso que esse nome figure como um dos mais escolhidos para ambos os sexos do segundo livro. Uma indicação da

importância ou da representatividade de seu fundador para a Ordem pode ser apreendida, por exemplo, na narrativa do padre jesuíta Montoya (1997) sobre a “Conquista espiritual” dos indígenas no Paraguai, onde por diversas vezes “recorre” ao Santo Inácio. Algumas expressões que marcam essa devoção são “Por amor a Santo Inácio” (p. 65); ou menções ao “glorioso Pai Inácio” (p. 68); “Em nome de Jesus Cristo e seu servo Inácio” (p. 116) ou outras às quais o autor alude. Sugere-se que essa devoção tenha um efeito na prática nominativa dos indígenas que estiveram em intenso contato com a doutrina jesuítica por algumas décadas.

De forma semelhante faremos referência ao nome Miguel, que tem uma imagem marcada na tradição cristã de “guerreiro”. A Companhia de Jesus também tem uma faceta guerreira, expressa entre outros, também no livro de Montoya: podemos tomar que a atividade jesuítica na América é tratada como uma conquista, não à toa sua publicação recebeu o título de “Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape”. Dadas as adversidades que os jesuítas encontraram (apresamento paulista, resistência indígena, dificuldades diversas), sua atuação na América é comparável à atividade bélica, inclusive com significativas perdas humanas.

Além disso, ainda há outra referência importante a esse nome. Entre os Mártires do Japão, de Cardim (1650), o nome Miguel aparece com relativa recorrência, sendo o segundo nome mais popular entre os jesuítas no Japão, juntamente com Diogo e atrás apenas de João. Cabe lembrar que essa publicação é uma homenagem aos que morreram martirizados em nome da fé em terras nipônicas, mais uma vez “batalhando” pela conquista de almas.

Por fim, o nome que chamou mais a atenção na documentação: Madalena. Nos referimos à impopularidade do nome na América portuguesa. Há uma incidência muito baixa desse nome nos registros paroquiais consultados até o momento, isso levando em conta um recente e intenso contato com a documentação paroquial curitibana e o diálogo com colegas que também trabalham com esses documentos. Contudo, ele pode carregar significados que o popularizaram entre os indígenas, se pensarmos que Madalena, segundo a Bíblia, viveu no pecado durante boa parte de sua vida,

mas se conciliou com a fé cristã e, mais do que isso, foi aceita independente de seu passado. Podemos fazer uma analogia da vida de Madalena com a vida dos indígenas, que são convertidos pelos jesuítas deixando seu passado pagão para trás – pelo menos teoricamente. Se recorrermos novamente à religiosidade jesuítica, em sua literatura temos novamente Madalena, dessa vez conquistando sua ascensão espiritual entre as "japoas" martirizadas em nome da fé católica entre as Rosas do Japão, de onde vem grandes exemplos de como viver (e morrer) na verdadeira fé (SANTA MARIA, 1709, p. 162-165). Talvez Madalena tenha um significado especial entre os povos conquistados pelos jesuítas, fazendo com que a escolha desse nome seja permeada de significados.

Por último, um breve estudo sobre os registros paroquiais do lado castelhano da fronteira meridional nos fornece elementos para uma última comparação: no livro de batismos da Freguesia de *Nuestra Señora de La Merced*, de Buenos Aires, no ano de 1755 houve 172 batismos registrados, sendo 88 batizados do sexo masculino e 84 do sexo feminino. Destes, 78 e 77 registros, respectivamente, contêm nomes *compostos* para a criança batizada (como *Fernando Joseph*, *Francisco Leonardo*, *Francisca Joana*, *Maria Josepha*, entre outros). Isso significa dizer que ao todo apenas 10% das crianças batizadas nessa freguesia e nesse ano receberam apenas um nome no ato do batismo, os demais receberam dois ou mais nomes. Isso nos importa porque não apenas difere da prática nominativa dos indígenas estudados, como difere da prática nominativa da América lusa como um todo. Assim, a princípio asseguramos que a prática de nomeação dos indígenas não se aproxima igualmente da prática castelhana. Retornamos à hipótese da influência jesuítica.

Isoladamente, a associação de um ou outro elemento com a hipótese que está sendo formulada pode parecer frágil, mas no conjunto elas se somam e devem ser vistas como uma unidade e não como várias partes independentes. Essa religiosidade jesuítica que estamos pontuando se desenvolveu de forma consistente por pelo menos dois séculos até chegar ao recorte temporal desse trabalho, e sua influência nas práticas nominativas da

população indígena de Rio Pardo é apenas uma das diversas formas como ela pode ter se manifestado no cotidiano dessas pessoas.

CONCLUSÃO

"O uso dos nomes próprios presume uma série indeterminável de significados e é parasitário deles"
PINA-CABRAL, 2008a, p.8.

Esta conclusão não é de modo algum o fim desse trabalho, porque além do que se imaginou fazer e ainda não se fez, há ainda demandas que surgiram no decorrer de sua construção e que não encontraram espaço nele, seja por limites de tempo, pelos limites impostos pela própria documentação ou pelo objetivo e problemas propostos para esse momento.

Mesmo assim, o corpo documental do trabalho, a metodologia empregada e os resultados obtidos até agora nos permitem fazer algumas afirmações, à guisa de conclusão. Primeiro, que a prática nominativa dos indígenas da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo apresenta aspectos peculiares quando comparada às de outros levantamentos sobre os nomes mais frequentes em outras freguesias, ou mesmo com relação à população como um todo da própria freguesia de Rio Pardo, seja na forma - quando comparada ao livro de batismos de Buenos Aires do ano de 1755, que apresenta 90% de nomes compostos para os batizados -, seja no conteúdo - comparados a outras freguesias do Brasil colonial, os nomes mais escolhidos em Rio Pardo diferem dos mais recorrentes em outros locais. Isso quer dizer que até agora esse trabalho não encontrou em outra freguesia o que se verificou em Rio Pardo: um alto índice de escolha para os nomes Miguel, Inácio, Inácia e Madalena.

Porém, não esgotamos as possibilidades de comparação. Há ainda como comparar os resultados obtidos com outras freguesias castelhanas, na tentativa de se verificar quais seriam as preferências dos nomes, ou mais especificamente *prenomes*, de batismo. Poderíamos ainda verificar se a recorrência de nomes em registros batismais de outras reduções indígenas jesuíticas se aproxima da de Rio Pardo, já que esses indígenas são oriundos dos Sete Povos das Missões. Outra possibilidade é verificar outras práticas nominativas de indígenas, para verificar se em outros locais os indígenas

também mantêm práticas nominativas diferenciadas em relação à totalidade da população.

Uma segunda afirmação que se faz ainda a nível de hipótese é a de que a prática nominativa desses indígenas pode ter relação com a religiosidade e tutela jesuítica levada a cabo por várias décadas nessa região. Essa afirmação é feita com base na literatura jesuítica verificada: o padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya (1997) mostra grande devoção a Santo Inácio em diversas passagens de "Conquista Espiritual..."; a hagiografia dos Mártires do Japão (CARDIM, 1650) elenca um grande número de padres jesuítas chamados Miguel em terras nipônicas e as Rosas do Japão (SANTA MARIA, 1709) tem entre suas mártires uma Madalena. São pequenos indícios da religiosidade jesuítica dos séculos XVII e XVIII que pode ter como uma de suas manifestações a prática nominativa em Rio Pardo. Espera-se que a verificação da prática nominativa em outras reduções jesuíticas possa verificar essa hipótese.

Por último, entendendo o rito católico do batismo como uma prática fundamental para a inserção espiritual e social do sujeito no seio da cristandade em uma época em que o indivíduo não é o mais importante, senão o corpo que a sociedade forma e do qual ele faz parte, é notável que os indígenas mantenham algo que parece só seu: um nome. Não há um Miguel em Rio Pardo na década estudada que não seja indígena, assim como a popularidade do nome Madalena é de igual surpresa. Espera-se que o trabalho com outros registros paroquiais de indígenas, de outros locais, traga mais elementos para essa discussão.

Além disso, se estendermos os resultados desse estudo, ainda podemos pensar em alguns desdobramentos. A escolha de nomes ou a manutenção de uma prática nominativa diferenciada em localidades onde convivem diferentes grupos étnicos podem revelar outros padrões de condutas políticas e sociais muitas vezes ocultas sob perspectivas e rótulos de "inserção" e "civilização". Assim, as visões duais e simplistas da sociedade colonial brasileira simplesmente perdem espaço, quando percebemos a multiplicidade de elementos que a formam: entre o colonizador e o colonizado há uma multidão de sujeitos e agentes sociais.

Pensando essa perspectiva de modo mais específico para as populações indígenas, não se trata igualmente de estar ou dentro ou fora, preto no branco. Além de pensarmos em outras formas de inserção, para além do trabalho, do matrimônio e da perda de características culturais visíveis, o que esse estudo viu até aqui é a possibilidade da manutenção de traços e características étnicas mesmo em um contexto de inserção social. Se por um lado os indígenas passam a adotar prenomes cristãos com a chegada e imposição da religião em terras tupiniquins, não deixam de manter traços que lhes diferenciem. A identidade étnica do grupo não deixa de existir, mas reformula sua maneira de se expressar, remetendo à dinâmica da cultura posta por Fredrik Barth (2000).

Práticas nominativas diferentes para grupos étnicos diferentes, manutenção de traços e características étnicas baseadas na escolha de determinados nomes e as implicações desse fenômeno para pensar nas diferentes possibilidades para manter e reelaborar uma identidade étnica são elementos que precisam ser pensados para o enriquecimento do debate sobre *grupos étnicos e seus fronteiras*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1º Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1755-1761, disponível em <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14559-7383-49?cc=2177295&wc=M97B-J7Q:n1811541806>. Acesso: 04/12/2013.

2º Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1758-1765, disponível em <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14559-5208-11?cc=2177295&wc=M97B-J77:n300607349>. Acesso em: 04/12/2013.

Livro de Batismos de Buenos Aires, Freguesia *Nuestra Señora de La Merced*, 1737-1977, disponível em <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-12146-58976-97?cc=1974184&wc=M94M-199:n2113496026>. Acesso: 04/12/2013.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional, 1749 - *Anais da Biblioteca Nacional* v.50, 1928. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.html. Acesso: 12/12/2013.

CARDIM, Antonio Francisco. **Elogios, e ramallete de flores borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesu: a quem os tyrannos do Imperio de Jappaõ tiraraõ as vidas**. Lisboa: Manoel da Sylva, 1650.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 2ª. ed. Posto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SANTA MARIA, Agostinho de. **Rosas do Japam, candidas açucenas e ramallete de fragrantas, &peregrinas flores, colhidas no jardim da Igreja**

do Japão, sem que os espinhos da infidelidade, & idolatria as pudessem murchar, em as vidas das muyto illustres Senhoras, D. Julia Nayto, D. Luzia da Cruz, ou Caraviaxi, & D. Thecla Ignacia, ou Muni, & de suas companheiras, congregadas em o santo recolhimento da Imperial Cidade de Meaco, Corte dos Emperadores do Japam, aonde foraõ prezas, & padeceraõ pela Fè muytos tormentos em odio della, & de donde foraõ lançadas, & desterradas para a Cidade de Manila em Filipinas. Lisboa: Officina de António Pedrozzo Galram, 1709.

SEPP, Antônio. **Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos** (1697). São Paulo: EDUSP, 1980.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **História e antropologia**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os jesuítas dos 7 Povos**. Porto Alegre: Vozes, 1986.

ARECES, Nidia R. **Regiones y fronteras**. Apuntes desda la historia. *Revista Andes*, n. 10, 1999.

BARRETO, Anibal. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: BARTH, Fredrik. (Org). *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **El concepto de indio en América**: una categoria de la situación colonial. In: *Identidad y Pluralismo Cultural en América Latina*. Buenos Aires: Fondo Editorial del CEHASS/Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1992. p. 25–48.

CAMILO, Nathan. **“Feliz o homem que deixa um bom nome”**: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho indígena y cultura constitucional en América**. Ciudad de Mexico, Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI, 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Introdução a uma história indígena**. In: História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Atribuição de prenome entre afro-brasileiros como forma de individualização numa freguesia do Sul do Brasil**. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. São Leopoldo, RS, 2007.

FRAGOSO, João. **Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores**: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Revista Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez., p. 74–106, 2010.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 -c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARCIA, Elisa Frühauf. **Em busca de novos vassalos**: as estratégias dos portugueses para a atração dos índios, durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri, na Região Sul. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org). Espelhos deformantes: Fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2008.

GIL, Tiago Luis. **Infiéis transgressores**: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como**: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (Org). A microhistória e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOLIN, Tau. **A guerra guaranítica**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GOLIN, Tau. **Cartografia da Guerra Guaranítica**. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty: UFMG, 2011.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial**: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c.1777). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar (Orgs). Temas setecentistas: governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

HAMEISTER, Martha Daisson. **“No princípio era o caos”**: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. Revista de História Regional, v. 15 # 2, p. 95–128, inverno 2010.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de regência da escravidão**. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org). Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos**. In: O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIMO: PODERES E SOCIEDADES. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/antonio_manuel_hespanha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Rio Grande do Sul, Rio Pardo, infográfico: dados gerais do município, [s.d.]. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/6RJ>>. Acesso em: 14 out. 2013

JACKSON, Robert H. **The population and vital rates of Jesuit Missions of Paraguay, 1700-1767**. Journal of Interdisciplinary History, v. 38, n. 3, p. 401–431, 2008.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LEVI, Giovanni. **Reciprocidade Mediterrânea**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (Orgs). Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51–86.

MARQUES, Rachel Santos. **Por cima da carne seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Sobre festas e celebrações**: as reduções do Paraguai (Séculos XVII e XVIII). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

MATTOSO, José. **A formação da nacionalidade**. In: TENGARRINHA, José. (Org). História de Portugal. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

MELO, Karina Moreira Ribeiro Silva. **A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo**: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MONTEIRO, Antonio Sérgio Muggiati. **Laços invisíveis**: o papel da nomeação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. Curitiba: UFPR, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Os nomes de família em Portugal**: uma breve perspectiva histórica. Revista Etnográfica, v. 12, 2008.

MULLET, Michael. **A contra-reforma**. Lisboa: Gradiva, 1984.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas, SP: ABEP, 2004.

NEUMANN, Eduardo Santos. **Uma fronteira tripartida**: a formação do continente do Rio Grande - Século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Orgs). Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PINA-CABRAL, João. **Outros nomes, histórias cruzadas**: apresentando o debate. Revista Etnográfica, v. 12, 2008.

PINA-CABRAL, João. **Recorrências antroponímicas lusófonas**. Revista Etnográfica, v. 12, 2008.

ROWLAND, Robert. **Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna**: ensaio de aproximação. Revista Etnográfica, v. 12, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno**. Tendências e desafios das duas últimas décadas. História: Questões & Debates, n. 50, p. 175–216, 2009.

SCOTT, Ana Sílvia. **Cruzamento nominativo a partir de fontes seriadas portuguesas**: problemas e desafios. In: II SEMINÁRIO DE HISTÓRIA QUANTITATIVA E SERIAL. Belo Horizonte: PUCMinas, 2001.

SCOTT, Ana Sílvia; CAMILO, Nathan. **Todos os Nomes Das práticas de nomeação lusobrasileiras**. In: V Jornada de Estudos Genealógicos:

genealogia luso-brasileira. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2011.

SIRTORI, Bruna. **Às margens do Rio Gravataí**: a transcrição de registros batismais pelo Padre Bernardo Lopes Silva e sua concepção de “índio” (1765-1783). In: 25ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Goiânia, 2006.

SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia**. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Algés, Portugal: DIFEL 82, 1994.

WEFFORT, Francisco. **Espada, cobiça e fé**: as origens do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. **A respeito de “ladrões, fascinosos, matadores, desertores e índios”**. Condições de mobilidade espacial da população indígena no Rio Grande de São Pedro: o caso da Aldeia dos Anjos. Boletim de História Demográfica, v. IX, n. 24, 2002.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

WRIGLEY, Edward. Introduction. In: **Identifying people in the past**. London: Edward Arnold, 1973.